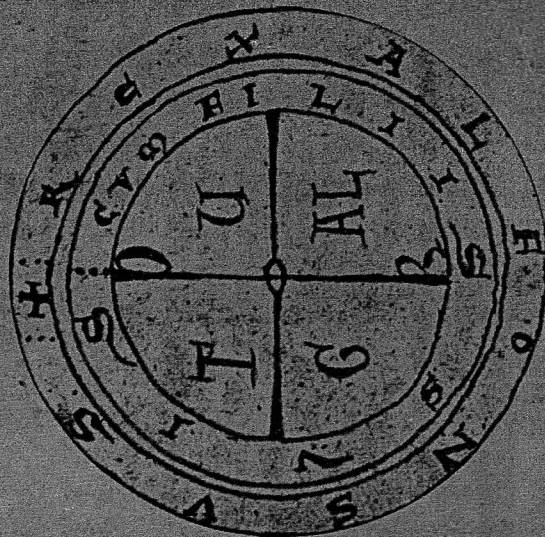


FILOLOGIA HISTÓRIA E LINGUA

olhares sobre o português medieval



Leonardo Lennertz Marcotulio
Celia Regina dos Santos Lopes
Mário Jorge de Motta Bastos
Thiago Laurentino de Oliveira

π
parabó

EDITOR:

Marcos Marcionilo

CONSELHO EDITORIAL:

Ana Stahl Zilles [Unisinos]

Angela Paiva Dionísio [UFPE]

Carlos Alberto Faraco [UFPR]

Egon de Oliveira Rangel [PUC-SP]

Henrique Monteagudo [Universidade de Santiago de Compostela]

José Ribamar Lopes Batista Jr. [UFPI/CTF/LPT]

Kanavillil Rajagopalan [UNICAMP]

Marcos Bagno [UnB]

Maria Marta Pereira Scherre [UFES]

Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP]

Roberto Mulinacci [Universidade de Bolonha]

Roxane Rojo [UNICAMP]

Salma Tannus Muchail [PUC-SP]

Sírio Possenti [UNICAMP]

Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

Direção: ANDRÉIA CUSTÓDIO
Capa e diagramação: TELMA CUSTÓDIO
Revisão: THIAGO ZILIO PASSERINI

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F524

Filologia, história e língua : olhares sobre o português medieval /
Leonardo Lennertz Marcotulio.[et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Parábola, 2018.
336 p. : 23 cm. (Linguagem ; 81)

Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7934-144-1

- 1. Manuscritos portugueses. 2. Manuscritos medievais - Portugal.
- 3. Filologia portuguesa. 4. Língua portuguesa - História. I. Marcotulio, Leonardo Lennertz. III. Série.

18-49077 CDD: 469
CDU: 811.134.3

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CBB-7/6439

Direitos reservados à
PARÁBOLA EDITORIAL
Rua Dr. Mário Vicente, 394 - Ipiranga
04270-000 São Paulo, SP
pabx: [11] 5061-9262 | 5061-8075 | fax: [11] 2589-9263
home page: www.parabolaeditorial.com.br
e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-7934-144-1
© do texto: Leonardo Lennertz Marcotulio, Célia Regina dos Santos Lopes, Mário Jorge da Motta Bastos, Thiago Laurentino de Oliveira, 2018
© da edição: Parábola Editorial, São Paulo, maio de 2018

Sumário

AGRADECIMENTOS 9

LISTA DE SÍMBOLOS FONÉTICO-FONOLÓGICOS..... 11

INTRODUÇÃO 13

Parte I

O LABOR FILOLÓGICO

Da leitura à edição de textos antigos

CAPÍTULO 1

EDIÇÃO FILOLÓGICA: PREPARAÇÃO DE TEXTOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA..... 33

1.1. Um texto atual 33

1.2. Um texto novecentista 41

CAPÍTULO 2

LEITURA E EDIÇÃO DE TEXTOS MEDIEVAIS 55

2.1. Elementos para a leitura de um texto medieval 57

COMPREENSÃO LITERAL: NÍVEL FILOLÓGICO-PALEOGRÁFICO..... 57

COMPREENSÃO LITERAL: NÍVEL LINGÜÍSTICO-LEXICAL..... 76

COMPREENSÃO LITERÁRIA 80

2.2. Edições de uma cantiga medieval.....	85
Edição DIPLOMÁTICA.....	85
Edição SEMIDIPLOMÁTICA (I).....	87
Edição SEMIDIPLOMÁTICA (II).....	88
Edição MODERNIZADA.....	91

Parte II

O LABOR HISTÓRICO-LINGÜÍSTICO Da história externa à história interna dos textos

CAPÍTULO 3

O LABOR HISTÓRICO.....	101
3.1. O comentário histórico de textos.....	102
3.2. O <i>Testamento de D. Afonso II</i>	108
FASE PRELIMINAR.....	108
FASE DE INFORMAÇÃO.....	110
FASE DE ANÁLISE E EXPLICAÇÃO.....	116
CONCLUSÃO.....	123

CAPÍTULO 4

O LABOR LINGÜÍSTICO (I): ASPECTOS GRAFEMÁTICOS E FONÉTICO-FONOLÓGICOS.....	127
4.1. Questões de leitura e recursos de edição.....	136
4.2. Polimorfismo gráfico e abreviaturas.....	140
4.3. Latinismos gráficos.....	143
4.4. Vocalismo tônico.....	145
4.5. Nasalidade.....	149
4.6. Hiatos.....	155
4.7. Consonantismo.....	160
PALATAIS.....	161
AFRICADAS E FRICATIVAS.....	167
FRICATIVA LABIODENTAL SONORA.....	171
OUTRAS CONSOANTES.....	174
Sintetizando.....	176

CAPÍTULO 5

O LABOR LINGÜÍSTICO (II): ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS.....	181
5.1. Variação entre <i>ser</i> e <i>estar</i> : semântica de transitoriedade.....	182

5.2. Variação entre <i>haver</i> e <i>ter</i> : semântica de posse.....	185
5.3. Construção <i>ser</i> + participio passado.....	188
5.4. Construção <i>haver/ter</i> + participio passado.....	189
5.5. Pronomes anafóricos (<i>hi</i> e <i>en(de)</i>).....	192
5.6. Forma pronominal e adverbial (<i>hi</i> / <i>u</i>).....	194
5.7. Pronomes demonstrativos de reforço.....	195
5.8. Pronomes possessivos átonos.....	196
5.9. Preposições.....	201
5.10. Reorganizações na morfossintaxe do latim ao português.....	205

CAPÍTULO 6

O LABOR LINGÜÍSTICO (III): TÓPICOS COMPLEMENTARES EM MORFOSSINTAXE.....	221
6.1. Verbo <i>haver</i> em construções possessivas e existenciais.....	225
6.2. Verbo <i>ser</i> em construções existenciais.....	227
6.3. Perífrases verbais.....	229
6.4. Participio passado de verbos da 2ª conjugação.....	234
6.5. Desinência de 2ª pessoa do plural.....	240
6.6. Formas de tratamento.....	243
6.7. Formas gramaticais derivadas do demonstrativo <i>ille</i>	250
6.8. Colocação dos clíticos e interpolação.....	256
6.9. A forma <i>homem</i> como estratégia de indeterminação.....	260
6.10. Conjunções.....	263

GLOSSÁRIO.....

CORPORA PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL.....	289
ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	295
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	325
OS AUTORES.....	333

Agradecimentos

A concepção deste livro contou, inicialmente, com o apoio institucional da FAPERJ (Edital E-28/2014), da CAPES/DGPU (Processo 7214/15-4) e da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Agradecemos aos colaboradores que, direta ou indiretamente, nos auxiliaram com olhares críticos, sugestões e dicas luminosas para a execução deste projeto.

Aos alunos dos cursos de graduação, em particular, aos alunos da disciplina “História da língua portuguesa” dos cursos de 2016 e 2017 da UFRJ, que utilizaram a versão preliminar do livro, apresentando sugestões para seu aprimoramento.

Aos nossos bolsistas de iniciação científica e de apoio técnico do CNPq, FAPERJ e UFRJ pela ajuda no tratamento das imagens.

Aos professores e pesquisadores do Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago de Compostela, em especial a Francisco Xavier Varela Barreiro, Ramón Mariño Paz, Rosario Álvarez Blanco e Henrique Monteagudo, pelas valiosas lições e intercâmbio de ideias sobre o olhar desde a perspectiva do galego medieval.

Aos leitores do manuscrito, em particular à professora Vanessa Monte, da USP, e a Rafael Cardoso, da UFRJ, pela leitura crítica dos capítulos 1 e 2, que guiou, em muitos casos, nosso olhar. Quaisquer erros subsistentes são, no entanto, de nossa inteira responsabilidade.

Lista de símbolos fonético-fonológicos

Consoantes portuguesas

/p/	oclusiva bilabial surda
/b/	oclusiva bilabial sonora
/t/	oclusiva dental surda
/d/	oclusiva dental sonora
/k/	oclusiva velar surda
/g/	oclusiva velar sonora
/β/	fricativa bilabial sonora
/ð/	fricativa dental sonora
/ɣ/	fricativa velar sonora
/f/	fricativa labiodental surda
/v/	fricativa labiodental sonora
/ʃ/	fricativa (ápico-)alveolar surda
/ʒ/	fricativa (ápico-)alveolar sonora
/s/	fricativa (predorso)dental surda
/z/	fricativa (predorso)dental sonora
/ʃ/	fricativa palatal surda
/ʒ/	fricativa palatal sonora
/ts/	africada dental surda
/dz/	africada dental sonora
/tʃ/	africada palatal surda
/dʒ/	africada palatal sonora
/l/	lateral alveolar
/ʎ/	lateral palatal
/m/	nasal bilabial
/n/	nasal alveolar
/ɲ/	nasal palatal
/r/	vibrante simples
/R/	vibrante múltipla

Vogais portuguesas

/a/	vogal baixa central não arredondada
/ɛ/	vogal média baixa anterior não arredondada
/e/	vogal média alta anterior não arredondada
/i/	vogal alta anterior não arredondada
/ɔ/	vogal média baixa posterior arredondada
/o/	vogal média alta posterior arredondada
/u/	vogal alta posterior arredondada
/i/	semivogal anterior
/w/	semivogal posterior
[ẽ]	vogal baixa central nasal
[ē]	vogal média anterior nasal
[ĩ]	vogal alta anterior nasal
[õ]	vogal média posterior nasal
[ũ]	vogal alta posterior nasal

Vogais latinas

/a:/	vogal baixa central longa (Ā)
/a/	vogal baixa central breve (Ā)
/e:/	vogal média anterior longa (Ē)
/e/	vogal média anterior breve (Ē)
/i:/	vogal alta anterior longa (Ī)
/i/	vogal alta anterior breve (Ī)
/o:/	vogal média posterior longa (Ō)
/o/	vogal média posterior breve (Ō)
/u:/	vogal alta posterior longa (Ū)
/ū/	vogal alta posterior breve (Ū)

A leveza da língua proferida pela boca dos poetas! Dizem tudo em breves e precisas palavras, que nos fazem sentir o sabor na ponta de nossas próprias línguas. Contudo, como nós, simples mortais autores deste livro, não merecemos aquela sina, nos resta pedir o apoio compungido de nossos leitores à torrente de palavras (vãs?) que mobilizaremos a seguir para lhes apresentar as (melhores) intenções e o conteúdo do livro que suportam em suas mãos.

Resgatar a origem de uma língua, acompanhar sua formação a partir dos contatos entre povos diferentes através do tempo e dos espaços de propagação, identificar os fundamentos gerais e históricos da mudança linguística e compreender a correlação entre fatores linguísticos e sociais na formação das línguas são objetivos fundamentais para a formação de um profissional das áreas de letras e história.

De modo a dar conta dessas metas gerais, a disciplina “História da língua portuguesa”, que consta da grade curricular de muitas universidades brasileiras, tem como objeto de estudo uma língua em particular, definida temporal e espacialmente. A principal preocupação da disciplina é abordar os seus fenômenos evolutivos a partir das relações estabelecidas entre a língua em si e a comunidade que a utiliza, ao longo de sua história. Nesse sentido, os fatos linguísticos (fonético-fonológicos, morfosintáticos, semântico-lexicais) devem estar correlacionados com os processos históricos que os condicionaram. Como disciplina auxiliar ao estudo da história da língua — no caso em questão, da

história do português —, está a linguística histórica, que procura construir uma teoria global para explicar a natureza da mudança linguística.

Para esses cursos, estão disponíveis manuais inegavelmente de boa qualidade, como *História e estrutura da língua portuguesa* (1979), de Joaquim Mattoso Camara Jr.; *Curso de história da língua portuguesa* (1991), de Ivo Castro; *Tempos linguísticos* (1994), de Fernando Tarallo; *História da língua portuguesa* (2001), de Paul Teyssier, além das inúmeras gramáticas históricas do português (Dias, 1959; Nunes, 1960; Brandão, 1963; Said Ali, 1964; Coutinho, 1976; Huber, 1986; Williams, 1994, entre outros).

Esses materiais, no entanto, se limitam, em maior ou menor medida, à descrição factual e cronológica da história externa da língua, acompanhada das características propriamente linguísticas no âmbito da fonologia, morfologia, sintaxe e léxico. Ademais, um dos maiores impasses com que se depara o docente da disciplina é habilitar seu graduando à leitura dos textos remanescentes, permitindo que ele próprio construa a história do português a partir dos textos escritos em sincronias passadas. Essa capacidade de leitura dos textos antigos acaba renegada a um segundo plano, seja pelo pouco tempo disponível para a disciplina, seja pela falta de material de apoio preparado para tal fim.

A conjugação da descrição de fenômenos históricos e linguísticos à análise de textos remanescentes tem sido pouco explorada, embora possamos encontrar, durante o século XX, algumas tentativas de caráter mais filológico, como as obras de Vasconcellos (1959), Oliveira Machado (1964) e, mais recentemente, Spina (2008) e Silva e Osório (2008). Trata-se de coletâneas de textos medievais portugueses que dão algum destaque à apresentação das características do período arcaico da língua portuguesa, a partir de fragmentos extraídos dos textos apresentados. As duas últimas obras, mais do que as primeiras, apresentam aspectos linguísticos e sociais do português e oferecem, de alguma forma, ao leitor, uma coletânea de textos comentados, em seções apartadas, estabelecendo algum tipo de diálogo com o conteúdo apresentado.

Este é um dos tantos olhares que pretendemos desvelar com nosso livro: o estudo vinculado a textos de diferentes gêneros que permitam ao estudante reconhecer aspectos linguístico-discursivos nas práticas sociais mediadas pela escrita. A elaboração de uma obra didática com diferentes olhares, como essa que apresentamos, mira os textos remanescentes do português vistos como unidades discursivas complexas e vivas. Não queremos enxergar as listas de características linguísticas e de aspectos históricos isolados e desconectados do contexto de produção dos textos, mas abrir outras possibilidades de percepção do nosso objeto.

Tentando ampliar o foco de visão, adotaremos, em linhas gerais, os princípios da sociolinguística histórica para o estudo e interpretação dos materiais históricos assumidos como fontes documentais. Desse modo, tanto nos ocupamos dos

fundamentos gerais e históricos da mudança, como procuramos compreender e explicar os processos de mudança concretos do português a partir da correlação entre os fatores linguísticos e os sociais (Labov, 1994; Gimeno, 1983: 184-185, *apud* Conde Silvestre, 2007: 35; Hernández-Campoy; Conde Silvestre, 2012).

Por essa razão, para a elaboração de um livro que faça cruzar diferentes olhares, reunimos uma equipe interdisciplinar de pesquisadores: três deles das áreas de filologia, linguística histórica e história da língua portuguesa, e um quarto, especialista em história medieval. Além de a proposta ser relevante em termos da sua interdisciplinaridade, existem outras motivações relacionadas à formação do profissional de letras e do de história, que atuarão no mercado de trabalho como professores-pesquisadores.

A formação de um graduando em letras pressupõe, por exemplo, a compreensão do dinamismo das línguas que funcionam como sistemas em constante processo de mudança. A partir dos princípios variacionistas da mudança (Weinreich; Labov; Herzog, 2006), é possível vincular os processos de variação observados no presente aos processos de mudança identificados no passado. O paralelismo entre os fatores de variação e de mudança ajuda a entender que a realidade linguística está em constante mutação, estabelecendo relações entre suas diversas manifestações temporais. É preciso ter consciência de que o desenvolvimento de um fenômeno linguístico no presente pode ajudar a inferir um processo ocorrido no passado e vice-versa. Tal perspectiva é fundamental para a formação do professor-pesquisador.

A compreensão de processos que ocorreram no passado aliada ao conhecimento do presente mostra que a dinamicidade da língua navega em fluxos e contrafluxos, entre inovação e conservação dos aspectos linguísticos. A reação social costuma ser negativa à ideia de que as línguas mudam; porém, o conceito de mudança é fundamental para eliminar preconceitos linguísticos em relação às variantes populares. A perspectiva de mudança linguística é, pois, primordial para refutar a ideia de que há uma norma fixa e constante a ser ensinada na escola. As normas de uso se alteram com o tempo, e o professor precisa ter essa perspectiva como princípio de ação para evitar o artificialismo de certas normas gramaticais. Precisamos ir além e eliminar uma visão míope de que a norma linguística brasileira corrompeu a língua portuguesa, de que a “norma correta” a ser seguida é a portuguesa, como se só na variedade brasileira houvesse variação e mudança.

Nosso livro segue tal perspectiva de mudança linguística e pretende aprimorar a capacitação do graduando para a leitura de textos antigos. Os textos estudados e analisados nas diferentes séries do ensino básico nem sempre são atuais ou contemporâneos. Sendo assim, é necessário que o futuro professor-pesquisador conheça certas estruturas de sistemas linguísticos anteriores ao

que utiliza para estar apto a ler e compreender textos produzidos em sincronias passadas. Nas cantigas trovadorescas, há diversos elementos do português medieval que podem dificultar a leitura e interpretação de um poema, por exemplo, em uma aula de literatura. Os primeiros textos escritos em galego-português apresentam aspectos gramaticais de um período diferente do atual. Os poemas barrocos de Gregório de Matos, os sermões de Antônio Vieira, as obras narrativas do romantismo e de outros estilos de época fazem parte do repertório do ensino básico e são estudados nos diferentes exames escolares do país. A falta de habilidade de leitura desses textos pode gerar dúvidas na sua compreensão e interpretação, por isso a ênfase de nossa abordagem consiste em partir do texto para a apreensão dos aspectos históricos e linguísticos e não o contrário.

Defendemos, portanto, que as fontes documentais que fazem parte deste livro sejam vistas a partir do seu contexto de produção. Cada material é dado e precisa ser entendido em seu contexto social. Um documento pertence a um gênero específico e o significado dos gêneros é atualizado em função do contexto de uso e da época. Assumimos que a mudança linguística não ocorre isoladamente. Ocorre em uma língua/gramática que permite tal mudança. O investigador precisa apreender não só o texto, mas também o contexto histórico em que ele se insere.

Pretendemos despertar sua percepção para a contemplação ativa da história da língua por meio de seus textos remanescentes pelas seguintes razões:

- a infundável relação entre passado e presente na língua, por si só, já é uma forte justificativa para que o profissional de letras e história tenha um grau de conhecimento satisfatório da história do seu objeto de trabalho;
- o saber histórico fornece preciosos subsídios teóricos para lidar com questões concretas relacionadas à língua portuguesa;

- a identificação dos estágios anteriores da língua pode, muitas vezes, esclarecer uma aparente incoerência, eliminando o uso de regras artificiais e sem sentido ("É assim porque é! Está na gramática!");
- o conhecimento do passado da língua não só enriquece os saberes linguísticos, como também amplia o campo de visão em relação aos fatos da língua;
- o trabalho a partir da perspectiva da (sócio)linguística histórica aqui adotada chama a atenção do professor-pesquisador de português e de história para o fato de que, assim como a língua, a sociedade também se modifica e, por isso, é necessário enxergar o contexto em que os textos foram produzidos.

Nesse sentido, *Filologia, história e língua: Olhares sobre o português medieval* se define como um material didático de apoio às atividades de ensino de história da língua, adotando um viés alternativo que alia os objetivos gerais e específicos da disciplina. Não temos a pretensão de substituir a rica literatura sobre o

tema. Nosso olhar talvez seja até mesmo contido: queremos apenas oferecer um material didático para os cursos de história da língua portuguesa e de história medieval. Digamos que o que está em suas mãos é um livro-laboratório com noções de paleografia, filologia e história externa e interna do português para viabilizar a leitura e compreensão de textos remanescentes.

Sobre o português medieval e as fontes para seu estudo

Precisamos deixar claro o recorte que fizemos quanto ao objeto de estudo deste livro. Se quiser, você pode olhar para outro lugar e pular essas informações básicas. Fique à vontade, mas resolvemos esclarecer o que estamos considerando como português medieval, quais são as fontes documentais e onde exatamente surgiram os textos que vamos examinar. Queremos começar dizendo o que você tem para ver: onde e quando os textos foram escritos? Que tipos existiam à época? O que entender por *português medieval*?

O latim vulgar levado ao noroeste da Península Ibérica, na região da Gallaecia Magna, assume feições particulares, diferenciando-se do latim falado em outras zonas ibéricas. Inicialmente, tem-se um *romance* que, por questões histórico-políticas e linguísticas, viria a se diferenciar, em momentos posteriores, em *galego* e *português*.

O antigo Condado Portucalense (cujo centro corresponde hoje à região do Porto), que se torna independente com Afonso Henriques no século XII, marca as origens do futuro reino de Portugal. No cenário da "Reconquista" Cristã na Península Ibérica, o Condado estende-se ao sul do rio Douro, incorporando as terras dominadas pelos mouros. Como consequência, o romance original da antiga Gallaecia Magna também será levado para zonas mais meridionais da Península. Como é de se esperar de qualquer sistema linguístico, que é vivo e passível de variações e mudanças, a língua levada ao sul vai se diferenciando da língua do norte, até o momento de alcançar o eixo Coimbra-Lisboa e ser considerada como língua de um novo reino, passando a ser chamada de *português*.

Por razões históricas, a variedade que permanece no norte, na atual região da Galiza, não teve a mesma sorte que o português. Esse romance, que viria a ser chamado de *galego*, foi a língua do efêmero reino da Galiza, que posteriormente passou a fazer parte dos reinos de Leão e/ou Castela, onde se firmava o castelhano. Por essa razão, o galego passa, no período medieval, a coexistir e a estar à margem de outra língua, até chegar, no século XVI, a seu momento de maior obscurantismo e desprestígio, em um período que será conhecido como *séculos escuros* (séculos XVI, XVII e XVIII), caracterizado pela ausência quase total de literatura em galego em função da imposição do castelhano.

Por mais que fossem variedades de regiões político-administrativas distintas (pertencentes a reinos diferentes), contando com variações internas de natureza diatópica e diastrática, não se pode negar que, durante o período medieval, sobretudo nos séculos XIII e XIV, contamos ainda com uma relativa unidade linguística entre a variedade praticada acima do rio Minho, pertencente agora ao reino de Leão e/ou Castela, e a variedade ao sul do Minho, no Reino de Portugal. Isso não significa, no entanto, que haja uma uniformidade absoluta; pelo contrário, esse sistema conta com variação de natureza diatópica e diastrática. A partir do século XV, o galego e o português tendem a acentuar as suas diferenças em dois ambientes político-administrativos que seguiram caminhos diferenciados, já que o português se torna a língua de um novo Estado e o galego vai sendo paulatinamente ofuscado pelo castelhano (Maia, 1986).

Em vista de estabelecer uma periodização do português (e, consequentemente, do galego), diversas propostas foram elaboradas nos últimos tempos. Para uma síntese dessas discussões, remetemos o leitor à obra de Mattos e Silva (2006). A partir de critérios norteadores diferenciados (privilegiando ora aspectos históricos, ora literários, ora linguísticos, além de distintas perspectivas teóricas), encontramos uma variada gama de etiquetas para o período medieval, entendido como um bloco único ou como um período que comporta subperíodos que apontam para a primitiva unidade galego-portuguesa e a consequente diferenciação entre galego e português.

De modo a simplificar a questão (sem, no entanto, desconhecer as inúmeras discussões e os debates que estão por trás das etiquetas), utilizaremos neste livro, deliberadamente, sem distinção, os termos *galego-português*, *português medieval*, *português antigo* ou *português arcaico* para fazer referência ao português escrito durante o lapso temporal do século XIII (ou finais do século XII) ao XVI, incluindo, sob esses rótulos, textos medievais tipicamente considerados como portugueses ou galegos. O agrupamento desses séculos em um único bloco, no entanto, se justifica exclusivamente pelo caráter didático desse material.

Em relação às fontes para o estudo do português no período medieval, de acordo com Mattos e Silva (2006: 35), os textos remanescentes podem ser divididos em três grandes tipologias:

- (1) *documentação poética*: lírica galego-portuguesa ou cancionero medieval português;
- (2) *documentação em prosa não literária*: textos de natureza jurídica;
- (3) *documentação em prosa literária*.

O primeiro grupo — *documentação poética* — comporta o cancionero trovadoresco: cantigas profanas (de amor, de amigo, de escárnio e maldizer) e cantigas religiosas (ou marianas), referentes às Cantigas de Santa Maria, elaboradas por Afonso X.

Pertence à segunda tipologia a *documentação em prosa não literária*. Dentro desse grupo, encontramos:

- (a) *documentos notariais*, de caráter público ou privado, como cartas de doações, testamentos, contratos de compra e venda, inventários etc.;
- (b) *foros*, que também são chamados de *costumes*, documentos que reúnem o direito consuetudinário dos concelhos do reino;
- (c) *forais*, leis locais breves que estabelecem as normas a pautar as relações entre os habitantes e os representantes legais;
- (d) *leis gerais*, outorgadas pelo rei para todo o reino.

Por fim, a última tipologia — *documentação em prosa literária* —, que começa a aparecer no século XIV, conta com textos ficcionais, históricos, religiosos e pragmáticos.

Cada tipologia, segundo Mattos e Silva (2006), apresenta vantagens e limitações ao estudo de determinados aspectos linguísticos. A documentação poética oferece dados valiosos para o estudo do léxico, da morfologia e da fonética e fonologia, sendo estas últimas facilitadas pela estrutura formal dos poemas, cujas rimas podem revelar informações importantes sobre encontros vocálicos, timbre vocálico, vogais e ditongos nasais e orais. Por outro lado, a sintaxe deve ser vista com bastante cuidado nesses textos, exatamente pelas especificidades das construções poéticas.

A documentação em prosa não literária, por sua vez, é bastante significativa para o conhecimento do português medieval. Diferentemente da documentação poética, esses textos apresentam a data e o local onde foram escritos, o que permite realizar estudos de natureza diacrônica e diatópica. Muitas vezes, também conseguimos obter informações acerca dos notários/escrivães, o que nos possibilita levantar mais elementos para entender a variação dialetal no período medieval. No plano linguístico, os textos em prosa não literária são valiosos para estudos gramáticos e fonético-fonológicos, facilitados pela presença do polimorfismo gráfico, assim como estudos morfológicos e lexicais. A sintaxe, no entanto, assim como ocorre com as cantigas, deve ser abordada com ressalvas, tendo em vista a estrutura formulaica desses documentos, bastante influenciada por modelos da tradição jurídica latina.

Por fim, a documentação em prosa literária, embora imponha limitações de natureza temporal e espacial, já que os textos nem sempre são datados e localizados no espaço, é bastante recomendada para estudos de natureza diversa, sobretudo da sintaxe, pelo fato de os textos serem extensos, de temáticas variadas, isentos dos formalismos presentes na documentação poética e em prosa não literária.

De modo a obtermos um conhecimento mais global do período medieval através de suas fontes, o mais aconselhável seria trabalhar com textos de distintos gêneros textuais. Por essa razão, e respeitando os limites e objetivos deste

livro, selecionamos um texto de cada tipologia: uma cantiga de amor (capítulo 2), o *Testamento de D. Afonso II* (capítulos 3, 4 e 5), e, por fim, a *Demandado do Santo Graal* (capítulo 6). Outros textos distintos também poderão ser vistos nas “Atividades complementares” (p. 295ss.).

O labor com as fontes documentais: o historiador e os textos

A perspectiva interdisciplinar que nos orienta reservou este preâmbulo para a apresentação da abordagem de textos históricos pelos historiadores. No entanto, por que se supõe que os estudiosos das sociedades humanas em seu trânsito temporal tenham alguma intimidade com os textos e, portanto, algo a manifestar acerca deles? Ora, a história é um conhecimento de natureza fundamentalmente textual, isto é, ela se formula e divulga por intermédio de escritos elaborados com base no vocabulário corrente das línguas nacionais e parte essencialmente da análise de outros documentos — o das famosas fontes primárias — legados por agentes sociais situados no interior, no contexto espaçotemporal das sociedades que abordamos.

Talvez derive do caráter tão estreito desta relação — textos de hoje elaborados a partir de textos de outrora — a centralidade que a questão do discurso assume nas polémicas que atravessam o campo da história desde a virada do milênio e, em última análise, põem em xeque a natureza do próprio ofício do historiador. Será a história, como querem muitos dos seus promotores, apenas mais um gênero literário particular, e seu objeto tão somente os ecos quase inaudíveis dos discursos revelados por escritos mais ou menos antigos? No quadro atual de uma disciplina marcada por tão diversas controvérsias, a relação dos profissionais com os textos e a textualidade não constitui um tópico de menor importância na promoção dos diálogos de surdos que reinam na confraria dos historiadores. Antes, portanto, de pensarmos em uma metodologia básica de abordagem histórica dos textos — o que será feito com detalhes no capítulo 3 —, parece-nos necessário estabelecer um panorama, ainda que bem geral, do estado atual da disciplina, marcado por uma diversidade de concepções relativas à própria natureza do conhecimento que o historiador seria capaz de produzir, seus limites e sua mais adequada configuração. Dedicaremos, por razões óbvias, especial atenção nesse balanço às perspectivas assumidas em relação aos documentos pelas diversas vertentes da prática historiográfica, a seu estatuto, função, lugar e papel reconhecido nos vários regimes de historicidade.

Uma das mais marcantes características do campo da história nas últimas décadas consiste na sua fragmentação em inúmeras subespecialidades e múltiplas vertentes de abordagem. Se a ciência, como um todo, avança ver-

tigosamente às custas de uma redução aparentemente infinita das dimensões de seus objetos de análise, a história não escapa a essa tendência geral. Seccionam-se as sociedades humanas em diversas dimensões, instâncias, níveis do real (para aqueles que ainda acreditam na existência dele), proliferando os especialistas em segmentos cada vez mais ínfimos dos temas a que se dedicam. Exemplificando a manifestação mais extrema dessas tendências, quanta história vem sendo feita, atualmente, tendo por base a referência a uma única fonte primária? Seguindo nessa toada, os testemunhos históricos, textuais inclusive, vão superando a condição de meios, de instrumentos do conhecimento, para assumir progressivamente a condição de fins em si mesmos, objetos do esforço derradeiro de compreensão pelos historiadores.

Estimamos que nosso leitor, com quem iniciamos um “diálogo” que se estenderá pelas próximas páginas deste livro, seja um jovem aprendiz de historiador que, mesmo recém-ingressado numa universidade brasileira, já tenha ouvido falar que a história, como a concebemos atualmente, ainda é em grande parte resultado da “revolução francesa” da historiografia (Burke, 1991), promovida há menos de um século pela Escola dos Annales. Em torno da revista fundada em 1929, na França — *Annales d'histoire économique et sociale* — por Marc Bloch e Lucien Febvre, foram estimuladas e divulgadas perspectivas e iniciativas diversas que pretendiam reinventar a disciplina em novas bases, visando superar os parâmetros acadêmicos então ainda dominantes e ditados, desde o século XIX, pelo historicismo e pela escola metódica da historiografia.

Como você deve saber, o inventário das proposições é muito extenso. Trata-se, literalmente, de refundar a história, dando-lhe mais sabor e substância. Constituir uma disciplina pautada pela colocação e resolução de problemas, promover a pesquisa fundada em hipóteses, renovar e inovar (em) seus objetos, suas abordagens, incutir nos historiadores o famoso adágio romano de que tudo o que é humano lhes (nos) interessa, dando à história a amplitude própria à complexidade e à diversidade da experiência humana. Como resistir aqui à citação da célebre máxima que Marc Bloch redigiu, em terríveis condições, sob a clandestinidade de sua luta na Resistência Francesa às vésperas de ser fuzilado pelos nazistas? “Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça” (Bloch, 2002: 54).

A imagem de um ogro já não é a de um monstro capaz de assustar as jovens gerações. De qualquer forma, não era pavor o que o grande historiador francês pretendia promover, mas sim uma abertura de apetite, um anseio de humanidade, derivada da perspectiva de que não há manifestação humana, por mais aparentemente corriqueira e banal, que possa ser desprezada pelo historiador na sua busca por estabelecer a unidade da existência em qualquer sociedade e período dados. Mas já vão longe os anos 1940 e os das décadas

imediatamente seguintes e, desde então, a prática historiográfica vem subvertendo progressivamente a máxima blochiana, divertindo-se o historiador diariamente no laboratório a seccionar seu objeto em ínfimas e inarticuladas dimensões: o humano que chora não é o mesmo que ri, que sonha, que trabalha, que se alimenta com maior ou menor dificuldade, que sofre a exploração e manifesta sua resistência...

Contudo, e paradoxalmente, se essa vigorosa tendência de fragmentação do conhecimento que afeta o campo científico impõe o encastelamento que atinge as várias disciplinas — uma vida inteira de leituras mal basta para manter o especialista em dia com a produção em seu pequeno campo de atuação! —, nunca se valorizou tanto a prática da interdisciplinaridade, de fato, muito mais difícil de ser efetivada do que referida como anseio de princípio.

Sob os escombros da implosão do campo das ciências sociais, encontramos como sua consequência, talvez a mais perversa, a cisão ocorrida entre a história, a linguística e a literatura. Desde então, essas “três irmãs univitelinas” (Maestri, 2006: 124) seguem suas trajetórias isoladamente, debruçadas sobre seus objetos e rejeitando, deliberadamente ou não, suas origens e patrimônio comuns. Em nossas universidades, nem mesmo a frequente vizinhança física dos referidos departamentos é capaz de reverter a tendência de que o aprendizado da história seja alheio, de forma efetiva, ao conhecimento da literatura e da linguística, da mesma forma que para esses profissionais a história permanece como uma espécie de parente distante.

Promovido um balanço de perdas e danos, o conhecimento histórico muito tem a perder em decorrência desse estranhamento, sobretudo quando se tem em conta o imenso esforço metodológico empreendido pela literatura e pela linguística, principalmente nas últimas décadas, visando ao conhecimento da complexidade constitutiva das línguas, dos textos e dos discursos. Tratamos aqui de questões fundamentais na promoção de nosso ofício, posto que se referem aos principais instrumentos por meio dos quais o historiador acessa as realidades que aborda, mesmo levando-se em conta a crescente ampliação e diversificação do nosso arsenal de fontes primárias. Imagens produzidas em suportes diversos, vestígios materiais recuperados pela arqueologia, mapeamento de hábitos pregressos etc., mesmo que tenham ampliado as bases para a compreensão da historicidade das sociedades, não reverteram a tendência do predomínio absoluto, na prática historiográfica, do recurso a fontes de natureza textual e discursiva. Os historiadores continuam, sobretudo, interpretando fontes escritas para fazer história e, inclusive hoje, sob a tendência progressivamente hegemônica de limitar o conhecimento resultante ao “simples” exercício dessa interpretação. Afinal, qual é o nosso objeto de trabalho: as sociedades que abordamos (inclusive) por intermédio dos textos das quais emanam ou os textos “em si”? Analisamos fontes ou sociedades?

A rigor, a importância dessa relação vem sendo reconhecida há algum tempo por algumas vertentes historiográficas. Assim, em um famoso manual dedicado aos métodos da história, publicado em fins do século XIX, Langlois e Seignobos (1946: 1) criticavam a embaraçosa ingenuidade com que os historiadores vinham realizando a “interpretação” dos textos, preocupados apenas em recolher as informações diretas (superficiais) sobre os fatos históricos ali relatados. O afã da colheita fácil dos registros fazia com que não se prestasse a menor atenção às diversas determinações que se impõem, no âmbito de qualquer sociedade, à sua produção textual bem como à natureza específica de cada texto, fatores que, se não delimitam o teor de cada mensagem, circunscrevem o universo de suas possibilidades (Cardoso, 1988: 61-92; Cardoso; Vainfas, 1997: 375-399).

Ainda que possamos fazer retroceder a pelo menos um século a existência de uma preocupação hermenêutica, ou seja, a interpretação dos textos, do sentido das palavras, a relação tradicional dos historiadores com os documentos manteve-se predominantemente centrada no nível dos conteúdos. Tais documentos configuram-se como suportes de informação acerca dos referentes do texto, isto é, relativos à sua mensagem ou ao “universo mental” dos seus autores. Considera-se, basicamente, que haja uma homologia (semelhança de estruturas) plena e direta entre os conteúdos do discurso e a ideologia do seu autor:

Ao usar-se, segundo esse enfoque, o discurso de um político burguês com o intuito de configurar os traços da ideologia burguesa em dado contexto histórico-social se está postulando, de forma implícita ou explícita, que o sentido de um texto resulta imediatamente disponível de sua leitura ou, em outras palavras, que sua dimensão discursiva — a forma como está intrinsecamente estruturado o texto em questão — não é pertinente à análise (Cardoso, 1988: 63).

Mas as vantagens, para o historiador, da consideração da estrutura formal dos textos que constituem sua matéria-prima já haviam sido ressaltadas pelos celebrados fundadores dos *Annales*, como parte das iniciativas que visavam atingir uma maior precisão na relação do historiador com a linguagem. Marc Bloch considerou, por exemplo, algumas das particularidades da relação do historiador com as línguas e os discursos. Entre os aspectos considerados pelo autor, ressaltam-se, em especial, aqueles relativos à nomenclatura na história e à relação do discurso do historiador com os discursos que se referem ao seu objeto.

Os homens não esperam, para dar nome a seus atos, a suas crenças e aos diversos aspectos de sua vida em sociedade, que eles se tornem objeto de uma investigação desinteressada. Seu vocabulário recebe-o a história, portanto, na maior parte dos casos, da própria matéria do seu estudo. Ela aceita-o, já usado e deformado por uma longa tradição (Bloch, 2002: 137).

Os documentos escritos que nos parecem, tantas vezes, transparentes e de fácil compreensão, nos ameaçam com armadilhas diversas embutidas em cada palavra. Dentre outras, consideremos, por exemplo, que as palavras são como que “gastas”. “Para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar o vocabulário a cada vez que mudam os costumes” (Bloch, 2002: 138). As mudanças das realidades materiais e ideais estão longe de arrastarem sempre consigo mudanças imediatas nos nomes que as referem.

Algumas vezes são causas particulares à evolução da linguagem que levam ao desaparecimento da palavra, sem que tenha havido a menor alteração no objeto ou no ato, porque os fatos linguísticos têm seu próprio coeficiente de resistência ou de ductilidade. Casos há em que o fenômeno é de ordem estritamente fonética, e conduz a erro tomá-lo por característica de civilização (Bloch, 2002: 138).

Febvre (1942) também ressaltou o potencial da análise lexical em seu *O problema da descrença no século XVI*. Baseado em uma pesquisa exaustiva do vocabulário do célebre humanista francês François Rabelais, o autor configurou o que lhe parecia ser uma expressão da “mentalidade pré-lógica” característica do povo europeu do século XVI: indivíduos essencialmente religiosos e, por isso mesmo, “incapazes de não acreditarem na existência divina”. Algum tempo depois, mais precisamente em 1953, o *annaliste* reafirmaria, nos *Combates pela história*, sua convicção da importância da linguística como “aliada da história” (Febvre, 1977: 135).

E foi por essa altura, aliás, que teve lugar o primeiro contato efetivo entre as duas disciplinas, ocorrido nas décadas de 1950 e 1960. Primeiro, de forma bem “pragmática e oportunista”. Ora, a adoção de procedimentos mais rigorosos de análise talvez viesse conferir à história, finalmente, um caráter científico. Tornou-se moda então o emprego de técnicas sistemáticas de análise de conteúdo. Tratava-se de estabelecer as correlações entre os conteúdos de um texto, ou grupo de textos, e certas variáveis extralinguísticas (opiniões, atitudes, juízos), aplicando-se ao texto uma série de hipóteses integradas, relativas a tais variáveis. Uma das vertentes dessa técnica — surgida em 1952, com a análise distribucional proposta por Z. Harris — consistiu nos trabalhos de lexicologia e lexicografia aplicadas elaborados inicialmente nos EUA e, em seguida, na França (Cardoso, 1997: 376). Fundamentavam-se, em ambos os casos, na elaboração de estatísticas das palavras empregadas nos textos estudados, que eram em seguida indexadas segundo a frequência de sua aparição. Predominava ainda, contudo, no plano da interpretação, uma absoluta dissociação do “linguístico” em relação às hipóteses interpretativas, que eram de tipo “sociológico”.

É preciso considerar que, nos primeiros estudos desse tipo, muitas vezes a contagem das palavras tinha de ser realizada de forma manual. É fácil entender,

portanto, que o progresso da computação não só facilitou toda a empreitada como permitiu que a metodologia ganhasse progressiva complexidade. Foi desenvolvida, por exemplo, uma análise de tipo semântico dos conteúdos, cuja principal técnica consistia em tomar a unidade lexical juntamente com seu contorno à direita e à esquerda, visando estudar as relações de distribuição das palavras com base nos índices de concordância, de oposições e incompatibilidades. Essa metodologia foi essencialmente aplicada à análise de enunciados apoiada em hipóteses — extralinguísticas — relativas às ideologias, com destaque para os estudos do Centro de Lexicologia Política de Saint-Cloud (Provost-Chauveau, 1971: 10-11).

Começava a se esboçar, então, o que podemos configurar como o segundo encontro entre a história e a linguística, favorecido pelo vigor atingido pelo estruturalismo na década de 1960. Elevada à condição de paradigma “científico” de todas as ciências sociais, surgia, então, a linguística do discurso (Cardoso, 1988: 63). Talvez o aspecto mais proveitoso dessa aproximação tenha sido a tomada de posição mais equilibrada sobre o próprio processo do conhecimento da realidade pela espécie humana. O tema não é simples, mas digamos que predominava, até então, uma concepção que nos fazia seres passivos no processo do conhecimento, como se aquilo que conhecemos fosse decorrência de um simples reflexo em nosso pensamento e linguagem de toda a realidade externa que se refletiria neles. A partir de então, ao contrário, firmou-se uma perspectiva interacionista das relações humanas com o meio natural e social, segundo a qual os homens são sujeitos ativos que transformam a realidade que apreendem como parte de suas próprias ações. Portanto, sendo a língua um instrumento modelador da apreensão e compreensão do mundo pelos humanos, é inadequado considerar, por exemplo, que a “realidade social” exista previamente à sua determinação linguística. Assim, as classes sociais e “a luta de classes é também luta ideológica travada no plano linguístico. Não se deve, pois, considerá-la, assim como a consciência de classe, como um fato preexistente que se refletisse, aprioristicamente, na língua” (Ponzo, 1974: 238).

Se as décadas imediatamente seguintes marcaram o auge do emprego de metodologias de base linguística nas atividades de gabinete dos historiadores — tendência que podemos atestar entre nós pela elevada incidência do recurso a esses instrumentais nas dissertações e teses elaboradas em nossos programas de pós-graduação em história — desde fins do século passado, o quadro se inverteu radicalmente. A partir de então, as reflexões dos historiadores e sua relação crítica com os discursos vivem uma longa fase de depressão, combatida apenas pelas primeiras investidas em metodologias derivadas da semiótica do discurso.

Nesse contexto, passaram a florescer no campo da história três manifestações aparentemente contraditórias ou, ao menos, desencontradas entre si. Por

um lado, verificamos que certas perspectivas historiográficas — que pareciam inviabilizadas, porque sustentadas em concepções da teoria do conhecimento tornadas caducas em decorrência da compreensão das mediações sociais dos discursos — proliferam ainda aqui e além. Insistem, resistentes a todas as críticas acumuladas, numa postura simplista, ingênua e equivocada de que a realidade histórica possa ser reconstituída — recuperada a história “tal como ela foi” — a partir das informações de superfície que jazem como verdades nos textos históricos, bastando ser colhidas em cuidadosas operações realizadas em “laboratórios”. Uma versão atualmente em voga, “requentada” dessa “velharia”, mas que se pretende muito sofisticada e antropológicamente respaldada, consiste em pretender que os textos de época revelem uma “sociedade vista do seu próprio interior” e que, portanto, promovem uma visão mais equilibrada e fidedigna, que o historiador deveria apoiar e divulgar no seu presente como versão mais autorizada daquele passado.

Por outro lado, nesse mesmo contexto, os métodos analíticos de base linguística seriam potencialmente abandonados em prol de metodologias mais refinadas, especialmente derivadas da semiótica do discurso, como se pode verificar no verdadeiro manual para semioticistas diletantes em que se transformou o conjunto de instrumentais sistematizados e postos à disposição dos historiadores pela reconhecida e generosa preocupação didática de Cardoso (1997).

Mas é sobretudo na terceira das manifestações desencontradas a que nos referimos que pretendemos nos concentrar. Ela nos remete ao que reputamos ser a mais perniciosa das manifestações surgidas — ou ao menos propagadas — naquele contexto, expressão dos descaminhos trilhados na relação entre história, língua e literatura, dando origem a perspectivas inadequadas e, no entanto, hegemônicas no quadro atual da nossa disciplina. Ainda em 1969, Dupont (1969: 15-16) viria a radicalizar as proposições originais de Lucien Febvre relativas à linguagem ao afirmar que o método de pesquisa dos historiadores deveria consistir numa “semântica histórica”, cabendo-lhes essencialmente promover uma perspectiva histórica dos discursos. Não tardaria muito para que outros levassem ao extremo a redução da história à linguagem.

Assim, inspirados em Saussure, Foucault ou Hayden White, chega-se, nos dias que correm, à negação da capacidade explicativa da história, configurando-se a disciplina como um gênero narrativo ou fazendo-a prisioneira das insuperáveis estruturas discursivas. Por essa via sucumbe nossa prática aos ditames do pós-modernismo, com sua “morte dos centros” e sua “incredulidade em relação às metanarrativas” (Cardoso, 1997: 375). Suas premissas, quando aplicadas à história-disciplina, levam à negação da existência da história — em benefício de uma multiplicidade de histórias produzidas “por” e “para” diversos grupos restritos de poder — bem como de qualquer teoria global do social que fundamente a interpretação. O conhecimento se reduz a processos

de semiose e interpretação (hermenêutica), alheios a qualquer possibilidade de avaliação crítica ou valorativa.

Os modernos partidários de uma concepção hermenêutica dos estudos sociais, retomando uma antiga bandeira dos neokantianos de fins do século XIX e começo do século XX, propõem que as ciências sociais seriam irremediavelmente alheias a qualquer cientificidade, devendo assumir um enfoque voltado à compreensão, isto é, à interpretação e à crítica cultural tomadas, no campo da história, de empréstimo a certa antropologia (Clifford Geertz) ou a alguma vertente de culturalismo relativista. Ademais, seria preciso reconhecer que o observador é parte integrante, com sua própria subjetividade, do seu objeto de estudo, “descoberta” que leva a uma postura de extremo ceticismo em relação à validade das formas de conhecimento até então correntes.

A conjugação desses elementos conduz, inevitavelmente, a um relativismo extremo e radical. As interpretações acerca de dado tema são necessariamente variadas e não há formas aceitáveis de escolher entre elas. São todas válidas se satisfizerem aos critérios do autor e daqueles que com ele concordarem. Foram particularmente influentes entre os historiadores as reflexões relativas às formas sociais das representações, que viriam a ser tomadas como elementos constitutivos do pensamento histórico. A indagação primordial do historiador, a despeito de qualquer conteúdo específico, deveria se concentrar nas formas que o saber histórico recebe de sua estrutura literária, de sua textualidade ideologicamente condicionada (as epistemes, para Foucault). Ora, a redefinição do labor historiográfico — orientado, a partir de então, pelas “formas de representação” e pelos “níveis de discursividade” — faria soar o dobre de finados a qualquer vã presunção de atribuir objetividade, racionalidade e, por que não dizer?, cientificidade ao conhecimento produzido pelos historiadores. Resta-nos apenas, conscientes e humildes (ou humilhados?), abandonar qualquer pretensão analítica, estrutural, de macroanálise e explicação (ilusões científicistas) em benefício da hermenêutica e da configuração da história como um gênero narrativo ou literário (Lyotard, 1984: 17).

O historiador pós-modernista F. R. Ankersmit, por exemplo, declara:

Suponhamos que perguntemos pela causa da [...] “Revolução Industrial” ou da “Guerra Fria”. Devemos agora lembrar que esses termos não se referem a uma realidade histórica fora do texto, mas a elementos da narrativa. Isso significa que essas perguntas não são perguntas sobre a causa de um complexo estado de coisas no fim do século XVIII ou após a II Guerra Mundial, mas sobre a causa de uma ideia ou de um elemento da narrativa (Ankersmit, 1990: 285).

Tal perspectiva assume, como postulado evidente — mas que está longe de constituir uma verdade! — a ideia de que o “discurso” e a “realidade humana” (individual ou coletiva) são grandezas incomensuráveis e irreduzíveis: o pri-

meiro falaría, por tal razão, sempre sobre si mesmo, a pretexto de falar sobre a segunda. David Carr, por exemplo, opôs-se à concepção, cara a Paul Ricoeur e a Hayden White, da descontinuidade radical que se interpõe entre a narrativa e o mundo real físico ou humano. Segundo o autor, as narrativas seriam uma condição intrínseca e indispensável dos processos da própria vivência humana individual ou coletiva.

A função narrativa é prática antes de ser cognitiva ou estética, razão pela qual, longe de poder negar-se qualquer relação entre o discurso narrativo e a realidade, a narrativa histórica mantém relações necessárias e estreitas com o seu objeto social real (Carr, 1986: 26).

Parece-nos, lamentavelmente, que a abertura do historiador à linguística, à semiótica e à crítica literária — como de resto às demais ciências humanas, ao menos sob tal perspectiva acrítica e subserviente de interdisciplinaridade — concorre menos para o pleno cumprimento de seu ofício de fazer história do que para a intenção de se evadir dele!

Esboçada assim a crítica, fixemos a perspectiva de base que adotamos neste livro: considerar o conteúdo histórico do texto dependente de sua forma não implica, de modo algum, reduzir a história ao texto, como fazem os autores estruturalistas ou pós-estruturalistas, que negam a existência da história fora do discurso. Trata-se, antes, de relacionar texto e contexto, de buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem à produção, à circulação e ao consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-la ao social (Cardoso; Vainfas, 1997: 378).

Por outro lado, negar a redutibilidade da história ao texto não significa admitir que haja uma história independente do texto. A história é sempre texto, ou mais amplamente, discurso, seja ele escrito, iconográfico, gestual etc., de forma que apenas a partir da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar seu ofício. Como destaca Verón (1981: 192), no funcionamento de uma sociedade historicamente dada, o sentido não se encerra em uma instância particular, antes se encontra por toda a parte, assim como a ideologia e o poder, de forma que o sentido de um texto sempre o ultrapassa. Segundo o mesmo autor, as “condições de produção” de um discurso têm a ver com o “ideológico”, com os valores sociais da comunidade que o produz, ao passo que as “condições de seu reconhecimento” dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade.

Assim, as práticas veiculadas pelos discursos não são, em si, predominantemente discursivas, não se limitam ou reduzem-se ao plano da “discursividade”. Não se trata, inclusive, apenas de aludir ao aspecto prático dos discursos. Para sua plena compreensão, é fundamental considerar a diversidade das práticas

sociais, inserindo-as no campo de estudos a partir de alguma teoria relativa ao funcionamento e à mudança das sociedades humanas (McNally, 1999: 33-49).

A emergência, numa sociedade, de um enunciado, de um costume, de uma experiência, num contexto dado — o fato de isso ocorrer — não depende apenas (nem principalmente) das “regras que controlam, no caso em questão, a produção dos discursos”, e sim do jogo complexo das condições econômico-sociais, políticas e ideológicas diversas. Depende, essencialmente, do estado desse conjunto de fatores num dado contexto específico. Portanto, todo historiador que assume — intencional ou desavisadamente — como sua profissão de fé a reprodução acrítica dos discursos de outrora, submete o passado à naturalização de suas formas diversas de dominação, reduzindo a história a uma espécie abjeta de discurso triunfante de elites que jazem em suas muitas fatias de duração do tempo.

O que há para olhar? Como estruturamos o livro?

*De quem é o olhar que espreita por meus olhos?
Quando penso que vejo, quem continua vendo enquanto estou pensando?*
(Fernando Pessoa)

Ainda que todo autor se invista, em graus diversos, da autoridade de conduzir e controlar os olhares de seus leitores, a ordenação dos capítulos proposta aqui é apenas um guia, ou seja, você poderá começar a olhar este livro por onde quiser. Optamos por iniciar pelo labor filológico por seu caráter instrumental, mas tal perspectiva não é necessariamente obrigatória. Você pode seguir por outros caminhos, a depender de seus objetivos. Se quiser, siga o historiador pelo viés da contextualização histórica. Caso queira, olhe aspectos da grafia dos textos ou encare aspectos mais linguísticos, fonético-fonológicos ou morfosintáticos. Desvie seu olhar para o que lhe for conveniente. Nossa proposta é mais prática do que teórica, então, mire os capítulos que desejar. A estrutura do livro foi organizada a partir dos seguintes labores: o filológico, o histórico e o linguístico. Outras ordenações são possíveis. Contemple-o como quiser!

Na Parte I, *O labor filológico: da leitura à edição de textos antigos*, o objetivo central é fornecer o instrumental necessário para você poder proceder à leitura e, posteriormente, à edição de textos antigos. O primeiro capítulo (*Edição filológica: a preparação de textos para o estudo da história da língua*), de Leonardo Marcotulio e Célia Lopes, encara o presente e volta para o passado. O intuito é ver a importância do trabalho do filólogo no processo de preservação e fixação dos textos, através da elaboração de edições filológicas diferenciadas de acordo com o grau de intervenção do editor: edição diplomática, semidiplomática e

modernizada. O segundo capítulo (*Leitura e edição de textos medievais*), escrito por Leonardo Marcotulio, traz os elementos necessários para procedermos à leitura de textos medievais, assim como atividades práticas relacionadas à edição de uma cantiga trovadoresca.

Depois de encerrar o trabalho filológico de leitura e edição dos textos, partimos para outros olhares, tarefa a ser executada nos capítulos da parte II deste livro: *O labor histórico-linguístico: da história externa à história interna dos textos*. O objetivo é entender como historiadores e linguistas podem trabalhar com as fontes documentais, de modo a desenvolver as suas análises. Para tanto, essa segunda parte está dividida em quatro capítulos, sendo três deles articulados em torno de um mesmo texto, o *Testamento de D. Afonso II*. O capítulo de Mário Bastos, intitulado *O labor histórico*, inaugura essa parte. Após uma reflexão sobre o comentário histórico de textos, a atenção se volta para o *Testamento*. O quarto capítulo do livro (*O labor linguístico (I): aspectos grafemáticos e fonético-fonológicos*), de Leonardo Marcotulio, inicia uma sequência de capítulos dedicados a um olhar interno sobre os textos medievais, com a exploração de aspectos grafemáticos e fonético-fonológicos do *Testamento*. Por fim, os dois últimos capítulos, de Célia Lopes, Thiago Oliveira e Leonardo Marcotulio, dirigem o olhar à apreciação de aspectos morfossintáticos, primeiramente no *Testamento de Afonso II* (capítulo 5, *O labor linguístico (II): aspectos morfossintáticos*) e, por fim, na *Demanda do Santo Graal* (capítulo 6, *O labor linguístico (III): tópicos complementares em morfossintaxe*).

Após as referências bibliográficas utilizadas, compõem a estrutura deste livro três anexos: um *Glossário*, elaborado a partir dos textos utilizados na obra, com o intuito de dirimir as dificuldades que o léxico dos textos medievais pode proporcionar a leitores modernos; uma lista de *Corpora para o estudo do português medieval*, assim como orientações gerais para sua utilização, e uma sequência de *Atividades complementares*, que tem como objetivo proporcionar ao estudante replicar os procedimentos de análise apresentados nos capítulos a outros textos medievais, de modo a incentivá-lo a seguir o trabalho de investigação por conta própria.

Esperamos que este livro seja útil a docentes e discentes interessados no estudo do português no período medieval a partir de uma perspectiva interdisciplinar que articula, de forma integrada, distintos olhares sobre o mesmo tema: o filológico, o histórico e o linguístico. E, por fim, que nossos leitores prefiram cultivar este e outros livros para sua formação e atuação, mesmo sabendo que é sempre possível “lançá-los pra fora das janelas!” (Caetano Veloso).

Os Autores

Rio de Janeiro, Outono de 2018

PARTE I

O labor filológico

Da leitura à edição de textos antigos

Uma das formas de resgatar a história de uma língua é partir da história dos textos redigidos desde sua origem como língua escrita. A realização dessa tarefa, entretanto, pode não ser muito simples quando nos deparamos com os primeiros manuscritos de épocas mais remotas.

Além do desgaste natural da ação do tempo sobre a documentação (rasuras e deteriorações do suporte de escrita, manchas etc.), há as dificuldades para decifrar uma escrita diferente daquela que se tem hoje na era digital e entender as características específicas de cada tradição textual.

A reconstrução da história da língua numa perspectiva de resgate dos seus textos antigos exige que o historiador tenha alguns conhecimentos básicos da área da filologia (também entendida como crítica textual), que pode ser definida como

a ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor (Castro, 1992: 124).

O filólogo seria o pesquisador responsável por estudar os textos antigos, considerando seu contexto sócio-histórico de produção e circulação, além de se ocupar da recuperação, preservação, fixação e edição dos textos que podem ser posteriormente submetidos a análises linguísticas. Todo historiador da língua deve conhecer o trabalho filológico de leitura e preparação das fontes que serão seu material de estudo. É exatamente isso que faremos nos dois capítulos da primeira parte deste livro.

Mas por que esse trabalho é importante? Para que serve? O que seria a edição de textos? Que elementos são necessários para a leitura de textos antigos e, mais particularmente, medievais? A resposta a estas perguntas se dará a partir da realização de atividades práticas. Para tanto, trabalharemos com três textos de momentos distintos no tempo: um texto atual e um texto novecentista, no capítulo 1; e um texto medieval, no capítulo 2.

Edição filológica

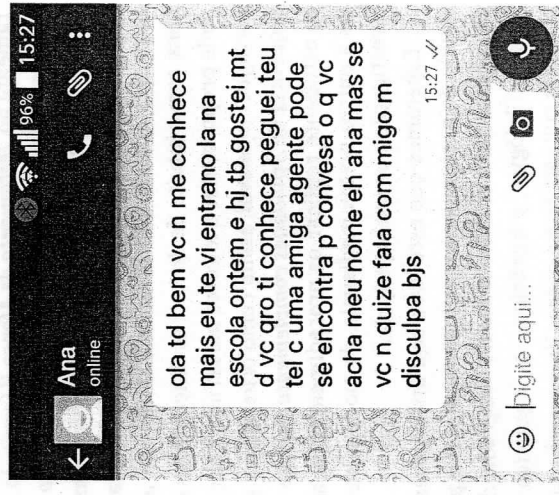
Preparação de textos para o estudo da história da língua

1.1. Um texto atual

Imagine a seguinte situação: seu avô, que mora com você, acaba de comprar um celular de última geração e recebe equivocadamente a mensagem ao lado:

Após fazer a primeira leitura, seu avô compreende algumas partes do texto, mas não consegue decodificar totalmente a mensagem. Nesse momento, não há ninguém em casa que possa ajudá-lo. Como ele ainda não domina as ferramentas do celular e

do novo aplicativo de troca de mensagens instantâneas, não sabe que as mensagens recebidas ficam automaticamente armazenadas. Pensando que, ao



desligar o celular, a mensagem poderia desaparecer, ele decide copiar fielmente a mensagem numa folha de papel para mostrar a alguém.

Após transcrever a mensagem em papel, o resultado seria o seguinte:

ola td bem vc n me conhece
mais eu te vi entrano la na
escola ontem e hj tb gostei mt
d vc qro ti conhece peguei teu
tel c uma amiga agente pode
se encontra p conversa o q vc
acha meu nome eh ana mas se
vc n quize fala com migo m
disculpa bjs

Observe essa transcrição e verifique se houve ou não uma reprodução fiel e literal do texto. Qual é a importância de se fazer esse tipo de trabalho? A transcrição feita seria acessível a todos os tipos de leitores?

Você deve ter notado que essa transcrição se manteve fiel à mensagem enviada pelo aplicativo do celular. Para não perder nenhuma informação, seu avô reproduziu literalmente o que leu e fez uma transcrição sem nenhum tipo de intervenção. Em outras palavras, o objetivo central dessa tarefa foi a *preservação do texto*. Como o avô desejava que o texto chegasse a outros leitores que, nesse caso, pudessem ajudá-lo a decodificar a mensagem, foi preciso conservar o texto em outro suporte que, na perspectiva de nosso personagem, preservasse o texto em seus aspectos originais. Esse tipo de transcrição, no entanto, somente estaria disponível a um público que pudesse decodificar o texto sem nenhum tipo de intervenção, o que não é o caso do seu avô.

Ao chegar em casa, seu avô mostra a você a folha de papel em que transcreveu a mensagem e pede sua ajuda para decodificar algumas partes. Nesse momento, no entanto, você não pode ajudá-lo, pois precisa estudar para uma prova. Assim, você promete que lerá a mensagem recebida e tentará esclarecer as possíveis dúvidas dele.

Antes de dormir, você decide olhar o texto transcrito. Nota que não teve dificuldades em decodificar a mensagem, já que compartilha dessa prática de escrita e das convenções utilizadas no texto. Você se pergunta quais poderiam ter sido as dificuldades enfrentadas pelo seu avô. O que acha que pode ter impedido a decifração da mensagem?

Vamos supor que o grande “vilão” para o entendimento do texto tenha sido o grande número de *abreviaturas* desconhecidas pelo seu avô. A ordenação da mensagem em si e algumas questões relacionadas a aspectos mais formais da língua presentes não seriam, em sua opinião, impedimentos à decodificação

da mensagem, já que retratariam uma forma bastante comum de escrever em português nesse tipo de ferramenta digital. Assim, você lista as abreviaturas presentes, desenvolvendo-as em uma nova versão que incorpora as intervenções feitas. Seu objetivo não é só *preservar o texto*, mas *torná-lo mais acessível ao leitor*. Que abreviaturas estão presentes na versão original? Destaque todas as abreviaturas presentes na mensagem e desenvolva-as.

Após essa tarefa, você deve ter chegado à seguinte lista:

FORMA ABREVIADA	FORMA DESENVOLVIDA
td	tudo
vc	você
n	não
hj	hoje
tb	também
mt	muito
d	de
qro	quero
tel	telefone
c	com
p	para
q	que
m	me
bjs	beijos

Na manhã seguinte, seu avô encontra a lista com as abreviaturas desenvolvidas e uma nova versão, juntamente com uma nota que diz: “Vô, alguém deve ter te mandado essa mensagem por engano. Ela tá escrita na linguagem dos jovens de hoje, por isso você teve dificuldades pra ler. Fiz uma lista das abreviaturas que os jovens usam hoje em dia na internet e uma nova versão da mensagem. Espero que agora você entenda. Qualquer coisa, de noite a gente conversa. Abraços!”. O avô sente-se muito agradecido pela ajuda do neto, afinal, agora, já conseguirá decodificar melhor o texto. Por que razão o avô não tinha conseguido entender as abreviaturas da mensagem?

Em qualquer sociedade que utiliza a escrita, há uma série de estratégias que têm como objetivo dinamizar seu processo, diante da necessidade de economizar tempo e espaço. Dentre essas estratégias, estão as abreviaturas: letras ou conjunto de letras que se empregam em textos escritos para representar de forma breve as palavras, até o mínimo possível, para que possam ser entendidas. Qualquer abreviatura faz parte do conjunto de convenções

compartilhadas por determinado grupo, no que se refere à prática da escrita em determinado gênero textual. Por essa razão, os jovens, por utilizarem frequentemente as ferramentas digitais de comunicação e fazerem parte desse grupo, conseguem depreender o seu significado e fazer uso bastante frequente delas. Quem não está nesse grupo, como no caso do avô, pode apresentar certas dificuldades de leitura.

Vejamos a nova versão do texto com as abreviaturas já desenvolvidas:

ola *tudo* bem *voce* *nao* me conhece
mais eu te vi *entrano* la na
escola ontem e hoje *tambem* gostei *muito*
de *voce* *quero* ti conhece peguei teu
telefone *com* uma amiga agente pode
se encontra *para* conversa o *que* *voce*
acha meu nome eh ana mas se
voce *nao* quize fala *com* migo me
disculpa *beijos*

Podemos observar que, nessa nova versão, as abreviaturas foram desenvolvidas. Como se apresentam as sequências ausentes na versão original e que foram agora introduzidas? Qual seria a importância deste procedimento?

Você percebeu: para o desenvolvimento das abreviaturas, foi utilizado um recurso para destacar as letras ou sequências de letras ausentes na forma abreviada, de modo que o leitor soubesse exatamente o que pertencia ao texto original e o que foi fruto da intervenção de quem trabalhou com o texto. Quais seriam as vantagens e a importância de uma transcrição em que o nosso grau de intervenção se restringisse ao desenvolvimento das abreviaturas? Quais seriam suas limitações? Esse texto seria facilmente decodificado por qualquer tipo de leitor?

Ao voltar para casa, seu avô agradece as intervenções que você fez e comenta que agora já consegue entender o texto, ainda que com um pouco de dificuldade. Ele relata que algumas coisas ainda chamam a atenção e que precisou ler algumas vezes, inclusive em voz alta, para entender o sentido completo da mensagem. Nesse momento, você lhe explica que a mensagem foi enviada por uma ferramenta digital que, ainda que apresente a mensagem em uma versão escrita, se aproxima bastante da fala. A própria forma como é apresentada, dentro de balões, simula uma conversa cara a cara, usualmente encontrada em histórias em quadrinhos. Você diz também que essas outras dificuldades que ele teve não prejudicariam uma compreensão global do texto e retratariam aspectos da língua escrita nesse tipo de veículo, mas que, certamente, não permitiriam que leitores menos acostumados tivessem uma leitura mais fluida da mensagem.

Como se pode ver, a transcrição mostrada anteriormente apresenta um maior grau de intervenção, já que as abreviaturas foram desenvolvidas. Essa versão apresentaria a vantagem de resguardar muitos aspectos do texto original, conservando características de determinado estágio da língua. Seu acesso, no entanto, estaria obviamente restrito a leitores que os compreendam e se interessem pelo seu estudo.

Além das abreviaturas, que outros aspectos podem ter dificultado a leitura mais corrida feita pelo avô? Para facilitar a compreensão desta e de futuras mensagens que seu avô venha a receber, organize detalhadamente cada um dos elementos que dificultam a leitura, a partir das seguintes categorias:

- oscilações na grafia (*polimorfismo gráfico*);
- grafias que mostram aspectos fonéticos do português brasileiro;
- formas segmentadas que deveriam estar unidas e formas que aparecem unidas e deveriam estar separadas;
- emprego da pontuação;
- recursos e uso da acentuação;
- maiúsculas e minúsculas;
- estruturação do texto.

Compare sua sistematização com o quadro abaixo:

- Polimorfismo gráfico.** Os casos em que encontramos mais de uma forma gráfica são: a conjunção adversativa *mas* (*mias*, *mais*) e o clítico acusativo *te* (*te*, *ti*).
- Gráficas fonéticas.** Em algumas palavras, podemos observar, através das grafias utilizadas, pistas para entender aspectos fonéticos possíveis em dialetos do português brasileiro: ditongação ([a > aj]: *mals*); assimilação consonântica [nd > nj]: *entrano*; [rs > sj]: *convesa*); não realização do R final em verbos (*conhece[Ø]*, *encóntra[Ø]*, *convesa[Ø]*, *quize[Ø]*, *fala[Ø]*); e realização da vogal média em posição átona como vogal alta (*ti*, *disculpa*). Chama a atenção também, neste grupo, a utilização da grafia <z> em contexto intervocalico (*quize*), talvez para reforçar que se trata de uma sibilante sonora e não de uma surda.
- Segmentação e junção.** A forma pronominal de 1ª pessoa do plural *a gente* aparece como uma única palavra (*agente*) e o pronome oblíquo que se combina com a preposição *com* (*comigo*) ocorre segmentado (*com migo*).
- Pontuação.** Não observamos, no texto, a presença de nenhum sinal gráfico de pontuação.
- Acentuação.** A acentuação está ausente em algumas palavras (*ola*, *ia*). Por outro lado, no entanto, encontramos um recurso alternativo, através do uso da grafia <h> (*eh*).
- Maiúsculas e minúsculas.** Encontramos somente letras minúsculas no texto, mesmo nos casos de começo de sentença e de nome próprio (*ana*).
- Estruturação do texto.** O texto não apresenta uma estruturação em parágrafos.

Todos esses aspectos, por se afastarem do *padrão escrito* do português (ao menos do padrão conhecido e esperado pelo avô!), embora sejam frequentes em mensagens instantâneas, podem gerar dificuldades de leitura para quem não está acostumado a esse gênero.

Seu avô, encantado pela mensagem que recebeu, ainda que por engano, quer mostrá-la aos amigos, mas tem receio de que não a entendam em uma primeira leitura devido aos aspectos acima apontados. Assim, ele lhe pede que faça uma nova versão do texto, fazendo as modificações necessárias que garantam uma leitura mais fluida da mensagem, já que seu principal objetivo é que seus amigos sejam capazes de *compreender o conteúdo da mensagem*.

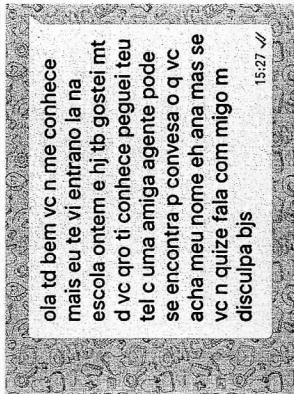
Você, então, decide, mais uma vez, ajudar seu avô, fazendo uma versão mais modificada do texto, a partir das informações anteriormente sistematizadas, tentando aproximar o texto dos padrões vigentes do português. Para fazer isso, parta da versão apresentada antes, incluindo as abreviaturas já desenvolvidas. Siga as seguintes instruções:

- (a) organize o texto em parágrafos;
- (b) segmente as palavras que estão unidas e junte as que estão separadas;
- (c) pontue o texto de acordo com os padrões modernos;
- (d) normalize o uso de maiúsculas e minúsculas segundo o padrão moderno;
- (e) normalize a ortografia e a acentuação de acordo com o padrão vigente.

Compare a sua versão com o texto abaixo:

Olá, tudo bem?
Você não me conhece, mas eu te vi entrando lá na escola ontem e hoje também. Gostei muito de você. Quero te conhecer. Peguei teu telefone com uma amiga. A gente pode se encontrar para conversar. O que você acha?
Meu nome é Ana.
Mas se você não quiser falar comigo, me desculpa.
Beijos.

Até aqui vimos três versões de um mesmo texto:

Texto original	 ola td bem vc n me conhece mais eu te vi entrano la na escola ontem e hj tb gostei mt d vc qro ti conhece peguei teu tel c uma amiga agente pode se encontra p convessa o q vc acha meu nome eh ana mas se vc n quize fala com migo m disculpa bjs
Versão 1	ola, td bem vc n me conhece, mais eu te vi entrando lá na escola ontem e hj tb gostei mt d vc qro ti conhece. Peguei teu tel c uma amiga agente pode se encontra p convessa o q vc acha meu nome eh ana mas se vc n quize fala com migo m disculpa bjs
Versão 2	ola tudo bem você não me conhece mais eu te vi entrano la na escola ontem e hoje também gostei muito de você quero ti conhece peguei teu telefone com uma amiga agente pode se encontra para convessa o que você acha meu nome eh ana mas se você não quize fala com migo me disculpa beijos
Versão 3	Olá, tudo bem? Você não me conhece, mas eu te vi entrando lá na escola ontem e hoje também. Gostei muito de você. Quero te conhecer. Peguei teu telefone com uma amiga. A gente pode se encontrar para conversar. O que você acha? Meu nome é Ana. Mas se você não quiser falar comigo, me desculpa. Beijos.

Partindo do texto original, as versões feitas levavam em consideração:

- (a) um maior ou menor grau de intervenção, com critérios claros e definidos;
- (b) objetivos específicos;
- (c) um público-alvo predeterminado.

anteriormente são conhecidas como *edições filológicas* e recebem os seguintes nomes: a *edição diplomática* (também chamada, por alguns editores, de *paleografia*) seria a primeira delas, caracterizada por uma transcrição extremamente conservadora; a segunda versão corresponde à *edição semidiplomática* (ou *semipaleográfica* ou *diplomático-interpretativa* ou *paleográfico-interpretativa*), em que resguardamos as características do texto original, intervindo exclusivamente em alguns poucos aspectos, como o desenvolvimento das abreviaturas, por exemplo; por fim, a última versão seria a *edição modernizada*.

1.2. Um texto novecentista

Agora que já entendemos o trabalho do filólogo no processo de preservação e fixação dos textos, vamos trabalhar com textos de outros momentos da história do português. Recuemos no tempo.

Vamos imaginar que você se depare, por algum motivo, com o texto ao lado.

Você é capaz de ler o bilhete? Quais são as dificuldades de leitura encontradas?

Diferentemente da mensagem instantânea com a qual trabalhamos na seção anterior, estamos diante, agora, de uma mensagem manuscrita. Qualquer leitor de hoje, ainda que

Todo o trabalho que desenvolvemos até agora faz parte da rotina de um *filólogo*, pesquisador responsável por preservar e preparar o texto que poderá ser submetido a investigações linguísticas. Embora seja possível fazer versões mais modernizadas, como tivemos a oportunidade de ver, pensando em um público-alvo mais amplo, as versões que mais interessam aos historiadores da língua seriam as duas primeiras, nas quais se observa a preservação dos aspectos encontrados no original, o que significa dizer que há uma preocupação em relação à *fidedignidade* do texto. Por mais que na segunda versão tenhamos feito intervenções no desenvolvimento das abreviaturas, o recurso utilizado para destacar em itálico as seqüências inseridas nos permite distinguir exatamente o que estava presente na versão original e o que foi fruto do trabalho do filólogo.

No campo da *filologia*, tomada aqui no sentido de *crítica textual*, as tarefas realizadas se referem à *edição de textos*. Cada uma das versões mostradas

Meu Bem-amado
 Faria - em tudo que
 não se faz hoje de
 estar bastante ligada
 retendo - tu sabes que
 tudo isso é benéfico
 ra, em sua tua sou
 impoay e fazer isso
 comigo a não ser de
 brincadeiras, não há
 nenhum com nada
 Ancho vida tu sabes
 e que tu e os seus
 cito, que eu sou
 e tu e a casa, eu vivo
 para você e todos
 a mim e a todos

Todos esses aspectos, por se afastarem do *padrão escrito* do português (ao menos do padrão conhecido e esperado pelo avô!), embora sejam frequentes em mensagens instantâneas, podem gerar dificuldades de leitura para quem não está acostumado a esse gênero.

Seu avô, encantado pela mensagem que recebeu, ainda que por engano, quer mostrá-la aos amigos, mas tem receio de que não a entendam em uma primeira leitura devido aos aspectos acima apontados. Assim, ele lhe pede que faça uma nova versão do texto, fazendo as modificações necessárias que garantam uma leitura mais fluida da mensagem, já que seu principal objetivo é que seus amigos sejam capazes de *compreender o conteúdo da mensagem*.

Você, então, decide, mais uma vez, ajudar seu avô, fazendo uma versão mais modificada do texto, a partir das informações anteriormente sistematizadas, tentando aproximar o texto dos padrões vigentes do português. Para fazer isso, parta da versão apresentada antes, incluindo as abreviaturas já desenvolvidas. Siga as seguintes instruções:

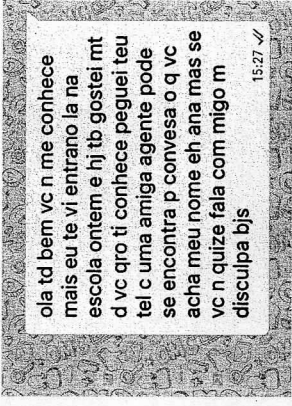
- organize o texto em parágrafos;
 - segmente as palavras que estão unidas e junte as que estão separadas;
 - pontue o texto de acordo com os padrões modernos;
 - normatize o uso de maiúsculas e minúsculas segundo o padrão moderno;
 - normatize a ortografia e a acentuação de acordo com o padrão vigente.
- Compare a sua versão com o texto abaixo:

Olá, tudo bem?
Você não me conhece, mas eu te vi entrando lá na escola ontem e hoje também. Gostei muito de você. Quero te conhecer. Peguei teu telefone com uma amiga. A gente pode se encontrar para conversar. O que você acha?
Meu nome é Ana.
Mas se você não quiser falar comigo, me desculpa.
Beijos.

Quais são as vantagens deste tipo de versão? Quais suas limitações? A que público-alvo ela está direcionada?

Ao fazermos todas essas modificações, o texto, sem dúvidas, adquire mais clareza e pode ser lido por uma quantidade maior de leitores que se interessam, sobretudo, pelo seu conteúdo. Não seria uma versão interessante, por exemplo, para alguém que desejasse visualizar aspectos relacionados à forma da prática de escrita no gênero mensagens instantâneas no começo do século XXI. Com isso, deixamos claro que todas as versões de um texto são igualmente interessantes, mas obedecem a *critérios específicos* e diferenciados em função dos seus objetivos e do público-alvo que se queira atingir.

Até aqui vimos três versões de um mesmo texto:

Texto original	 ola td bem vc n me conhece mais eu te vi entrano lá na escola ontem e hj tb gostei mt d vc qro ti conhece peguei teu tel c uma amiga agente pode se encontra p convessa o q vc acha meu nome eh ana mas se vc n quize fala com migo m disculpa bjs
Versão 1	ola td bem vc n me conhece mais eu te vi entrano lá na escola ontem e hj tb gostei mt d vc qro ti conhece peguei teu tel c uma amiga agente pode se encontra p convessa o q vc acha meu nome eh ana mas se vc n quize fala com migo m disculpa bjs
Versão 2	ola tudo bem você não me conhece mais eu te vi entrano lá na escola ontem e hoje também gostei muito de você quero ti conhece peguei teu telefone com uma amiga agente pode se encontra para convessa o que você acha meu nome eh ana mas se você não quize fala com migo me disculpa beijos
Versão 3	Olá, tudo bem? Você não me conhece, mas eu te vi entrando lá na escola ontem e hoje também. Gostei muito de você. Quero te conhecer. Peguei teu telefone com uma amiga. A gente pode se encontrar para conversar. O que você acha? Meu nome é Ana. Mas se você não quiser falar comigo, me desculpa. Beijos.

- Partindo do texto original, as versões feitas levavam em consideração:
- um maior ou menor grau de intervenção, com critérios claros e definidos;
 - objetivos específicos;
 - um público-alvo predeterminado.

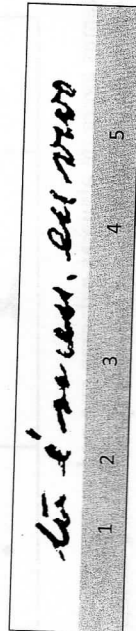
não possa decodificar inteiramente a mensagem, é capaz de ler algumas sequências e reconhecer que se trata de um texto escrito em português.

Com a produção textual manuscrita, uma preocupação a mais surge: decifrar e entender o código gráfico. Essa experiência não é uma novidade para nós. Todos já sentimos maior ou menor dificuldade em entender a letra de outras pessoas, principalmente quando seu curso ou traçado diferem em maior medida da forma como estamos habituados a escrever. Aos poucos, após algumas leituras, vamos nos acostumando à letra dos textos e conseguindo decifrar a mensagem.

Antes de explorar a mensagem, é interessante fazer um exercício. Transcreva em uma folha de papel, à mão, tudo o que conseguir entender. Respeite todas as características encontradas e a disposição do texto, sem introduzir nenhum tipo de intervenção. Em outras palavras, façamos uma *edição diplomática* do bilhete em questão. Deixe um espaço para as palavras ou sequências que você não conseguiu decifrar.

Você deve ter notado que, em algumas partes, não teve grandes dificuldades em transcrever o texto. Por mais estranhos que possam parecer à primeira vista, os problemas em entender as letras utilizadas são sanados à medida que avançamos na elaboração da edição. Não seria raro encontrar, nos dias de hoje, alguém que tivesse o mesmo tipo de caligrafia.

Vamos passo a passo. O primeiro procedimento seria *identificar as sequências de letras* que podem ser entendidas como uma *palavra*. Para tanto, observamos a existência de espaços e/ou sinais de pontuação entre elas:



O fragmento acima conta com cinco palavras, três antes da vírgula, duas depois. Essa técnica, no entanto, nem sempre poderá ser aplicada, já que, em alguns casos, a fronteira vocabular nem sempre é respeitada, como tivemos a oportunidade de ver com *agente* na mensagem da primeira seção. Por outro lado, a existência de espaços também não é garantia de que haja duas palavras distintas, como vimos no exemplo da palavra segmentada com *migo*.

Dando continuidade, o segundo procedimento consiste em *desvendar letra a letra de uma palavra*, observando seu traçado e tentando reconhecer seu início e seu fim. Quando não conseguimos proceder à leitura de algumas letras específicas, utilizamos o procedimento de *buscar letras semelhantes* no mesmo texto, que podem estar em palavras de mais fácil compreensão. Vejamos os exemplos a seguir.

Imaginemos que tenhamos tido dificuldade para decifrar a primeira letra da palavra destacada na linha 16. O leitor, neste caso, pode levantar algumas hipóteses em relação à sua leitura e, até mesmo, pensar na possibilidade de se tratar de uma sequência com duas letras. Comparando a forma que não conseguimos decifrar com a 5ª letra da palavra selecionada na linha 8, concluímos que se trata da mesma grafia. Como conseguimos ler mais facilmente *incapaz* nessa linha, somos capazes de identificar como <p> a primeira letra de *para*.

Além do trabalho de decodificação das letras, podemos usar nossa sensibilidade, como leitores do texto, para *atribuir uma leitura à palavra* em função da sequência textual ou de informações gramaticais específicas. Tomemos como exemplo a primeira linha do texto:

Meu Benção

Observamos a presença de duas palavras separadas por espaço. Na primeira delas, lemos claramente o vocábulo *Meu*, com a inicial em maiúscula. A segunda palavra apresenta um pouco mais de dificuldade em relação à primeira. Nesse caso, podemos pensar nos gêneros textuais que seriam iniciados por *Meu* e na classe gramatical do termo que poderia acompanhar um possessivo. Trabalhando exclusivamente com este último procedimento, criamos a expectativa de que a segunda palavra do texto seja um nome, núcleo do sintagma nominal que apresenta o possessivo como termo determinante.

Vamos, então, criar um repertório, a partir das palavras que você conseguiu decodificar, para nos auxiliar na decifração de letras e sequências que não foram entendidas. É bastante provável que você tenha conseguido ler as seguintes palavras, que não apresentariam, em princípio, grandes dificuldades aos leitores de hoje:

LINHA	PALAVRA	
1	<i>Meu</i>	Meu
3	<i>hoje</i>	hoje
	<i>de</i>	de

5	que	que
6	isso	isso
	é	é
	eu	eu
7	sou	sou sou
	incapaz	incapaz
8	de	de
	isso	isso
9	com	com
	a	a
	não	não
	ser	ser
	de	de
10	não	não
11	com	com
	migo	migo
12	minha	minha
	vida	vida
13	que	que
	é	é
	meu	meu
14	que	que
	eu	eu
	sou	sou

15	e	e
	é	é
	meu	meu
	eu	eu
	vivo	vivo
16	para	para
	voce	voce
	e	e
	voce	voce
	para	para
17	mim	mim
	e	e

Tratemos agora de algumas palavras que podem ter gerado maior dificuldade de compreensão. Algumas palavras apresentam a mesma letra que a primeira da palavra abaixo, retirada da linha 6:

hudo

Nesta palavra, podemos identificar a presença de quatro letras. Dessas, as três últimas não apresentam problemas de leitura se as compararmos com as de palavras já decifradas:

<i>hudo</i>	2ª letra	<i>eu</i>	eu (l.7)
	3ª letra	<i>de</i>	de (l.9)
	4ª letra	<i>vivo</i>	vivo (l.15)

Observemos que a 2ª letra é <u>, a 3ª é <d> e a 4ª é <o>. Juntando essa sequência, podemos inferir que a primeira letra da palavra é <t>, formando *tudo*. Neste caso, o traço horizontal que corta a haste da letra na parte superior está deslocado para a direita, dando a falsa impressão de se tratar de um recurso de acentuação gráfica sobre a vogal. Resolvida essa questão, já somos capazes de ler todas as palavras do texto que apresentamos essa letra:

LINHA	PALAVRA
2	tudo
3	te
4	estar
5	retrato
6	tu
7	tudo
9	tua
10	tigo
12	te
13	tu
14	tu
15	tua
	tu

Em alguns casos, palavras que se encontram ao final da linha aparecem segmentadas, isto é, parte da palavra na linha superior e parte na linha inferior. Vejamos o que ocorre nas linhas 6 e 7:

l. 6	brincadeira
l. 7	na,

Vemos que parte da palavra, em uma sequência de nove letras, está na linha 6, sendo finalizada por um traço subscrito como recurso de segmentação. Na linha seguinte, encontramos as duas últimas letras que compõem a palavra. Para facilitar a leitura, nesse caso, podemos adotar o mesmo procedimento que utilizamos anteriormente: buscar cada letra em palavras de mais fácil leitura. Além disso, podemos também resolver essa questão se a palavra aparecer de forma não segmentada em outra parte do texto, como ocorre na linha 10, em que podemos ler, sem grandes dificuldades, *brincadeira*:

brincadeira

Entretanto, quando trabalhamos com textos históricos, nem sempre o procedimento adotado para a segmentação de uma palavra será o de separação silábica, o que pode provocar desconforto na leitura e impedir a decifração do vocábulo. Isso ocorre com a palavra *sabes*, intacta na linha 5, mas segmentada nas linhas 12 (*sab-*) e 13 (*es*):

l. 5	sabes
l. 12	sab-
l. 13	es

Vejamos as outras palavras segmentadas no texto. Diferentemente do que ocorre com a palavra *coração*, as demais — *quanto* e *depois* — não apresentam uma segmentação que respeite as fronteiras silábicas do vocábulo:

qua-	nto
cora-	ção
depoi-	s

Ainda falta resolvermos o problema de algumas palavras de difícil leitura. Utilizando os procedimentos apresentados (pela comparação de letras de outras palavras, classe gramatical de determinado contexto ou pelo sentido do texto), tente decifrar as seguintes palavras:

LINHA		PALAVRA
1		<i>Beirzinho</i>
2		<i>Perdoa-me</i>
3		<i>fis</i>
4		<i>beijando</i>
		<i>aquella</i>
8		<i>fazer</i>
11		<i>zangues</i>
17		<i>mesmo</i>

Conseguiu decifrar todas as palavras? À medida que trabalhamos com textos manuscritos de determinada época, vamos treinando nossa vista e aprimorando a capacidade de lê-los com mais facilidade. Se você não conseguiu decifrar todas as palavras, não se preocupe. O trabalho filológico exige bastante tempo e dedicação. Num primeiro momento, é bastante comum confundirmos letras cujos traçados se assemelham, como <s> e <r>, <q> e <g>, <z> e <y> etc. As palavras apresentadas no quadro acima são: *Bemzinho* (l. 1); *Perdoa-me* (l. 2); *fis* (l. 3); *beijando* (l. 4); *aquella* (l. 4); *fazer* (l. 8); *zangues* (l. 11); e *mesmo* (l. 17).

Após esse exercício, você provavelmente deve ter alcançado um maior entendimento do texto. Complete as lacunas da edição diplomática que você realizou de modo que ela fique assim:

Meu Bemzinho
Perdoa-me tudo quanto te fis hoje de
estar beijando aquele
retrato tu sabes que
tudo isso é brincadeira,
eu sou tua sou
incapaz de fazer isso
comtigo a não ser de
brincadeira, não te
zangues com migo
minha vida tu sabes
que tu é meu coração,
que eu sou tua
e tu é meu, eu vivo
para voce e voce para
mim e mesmo depois
-s

Vamos agora explorar o texto a partir da edição que acabamos de preparar. Como o texto está estruturado? A mensagem está completa? Há uso de recursos abreviativos como vimos na mensagem da seção anterior?

Em primeiro lugar, observamos que o texto está escrito em um suporte paudado, com 18 linhas escritas de forma corrida, sem segmentação em parágrafos. Não há tampouco o uso de recursos abreviativos. Observamos também que a mensagem está incompleta, pois o fragmento termina subitamente no meio de uma frase que, certamente, tinha de ter continuação. Esse fato não significa que o texto em si esteja incompleto, mas simplesmente que o que chegou até nós, resistindo à ação do tempo e a outras causas externas, é somente o que está sendo apresentado.

Essa é uma das questões com as quais o historiador da língua precisa lidar. Como precisamos trabalhar com fontes escritas, temos de estar conscientes de que nosso material de estudo se constitui de textos que sobreviveram, por algum acaso, ao longo do tempo. Muitas vezes, não serão textos completos, como neste caso, mas textos que apresentam alguns impedimentos ao global, como manchas, rasuras, fragmentos deteriorados pela falta de conservação adequada ou sequências inacabadas. Trabalhamos sempre com o material disponível e tentamos fazer o melhor uso dele, de modo a cumprir o nosso objetivo maior, que é o estudo da história da língua a partir da documentação disponível.

Exploremos, agora, outras questões. A que gênero textual pertence o texto? Que elementos podem ser utilizados para essa classificação?

Podemos observar que na primeira linha do texto é possível ler *Meu Bemzinho*. Somente por essa informação e pelo conhecimento que temos dos gêneros textuais que circulam hoje em dia e dos quais fazemos uso, inferimos que se trata de uma carta ou, talvez pela sua extensão e pela disposição dos elementos textuais, de um bilhete. Seja como for, estamos diante de uma mensagem escrita por um remetente que desconhecemos a um destinatário tratado como *Meu Bemzinho*. Pelo tratamento utilizado nesse vocativo e pelo conteúdo do texto em si, podemos dizer que se trata de um bilhete amoroso. Diferentemente do que é recorrente em textos epistolares, não observamos a presença de uma seção de contato inicial, na qual o remetente geralmente pergunta ao destinatário como ele se encontra. Após a nomeação do destinatário, encontramos diretamente o corpo da mensagem. Pela ausência da continuidade do texto, também não podemos visualizar, por exemplo, uma seção de despedida e assinatura.

Quanto ao conteúdo, que tipo de mensagem de amor está presente? Que outra expressão é utilizada pelo remetente para dirigir-se ao destinatário? Podemos obter alguma pista sobre o perfil social dos personagens, ou seja, sobre quem poderiam ser essas pessoas?

Para ter uma compreensão mais geral das fontes, o historiador da língua, sempre que possível, deve procurar aliar o estudo da história da língua depreendida pelos textos, num plano mais linguístico (*história interna*), ao estudo dos contextos de produção, num plano extralinguístico, que considere aspectos sócio-históricos dos indivíduos que produziram tais textos (*história externa*). Adotando uma perspectiva *sociolinguística*, que parte do pressuposto de que língua e sociedade estão em estreita relação, a análise de aspectos gramaticais, por exemplo, deveria ser acompanhada pelo estudo dos aspectos sociais de seus informantes. Nesse sentido, conhecer aspectos sociais e culturais dos personagens, como gênero, faixa etária, grau de escolaridade, grau de contato com a cultura escrita etc., quando, por que razão e com que finalidade seus textos foram produzidos certamente nos proporciona uma maior conexão entre a história dos textos e a história de seus autores.

No entanto, muitas vezes, essas informações não estão disponíveis para o historiador da língua. Os diversos acervos, como arquivos e bibliotecas, em que os textos históricos podem ser encontrados costumam reservar um maior espaço a personagens mais ilustres da sociedade. Para o estudo da produção desses informantes, dispomos de uma vasta bibliografia, como enciclopédias, livros de genealogia e diversas fontes secundárias. No caso de personagens populares e, muitas vezes, desconhecidos, a recuperação de dados que nos ajudem a reconstruir seu perfil social é, quase sempre, prejudicada pela escassez ou ausência de informação sistematizada. Nesse caso, o historiador da língua deve explorar o texto e tentar, ao máximo, extrair informações de natureza extralinguística a partir das pistas linguísticas disponíveis.

No caso do nosso bilhete, como não dispomos de informações sobre seus informantes, precisamos fazer um exercício de exploração. Com base na leitura do texto, podemos entender que se trata de um bilhete escrito por uma mulher e dirigido a um homem. A partir de que informações gramaticais chegamos a essa conclusão? As pistas gramaticais que nos permitem inferir essas informações advêm basicamente dos vocábulos que deixam transparecer, no plano da morfologia, uma informação de gênero gramatical que se associa à distinção de sexo observada no mundo biossocial. Em *eu sou tua* e *tu é meu*, vemos que a flexão de gênero dos possessivos em posição de predutivo do sujeito aponta para a existência de um *eu feminino* que escreve para um *tu masculino*.

Quanto à relação estabelecida entre esses personagens, diversas passagens nos informam tratar-se de uma relação mais íntima, típica de namorados ou noivos. Além das formas de endereçamento vocativo *Meu Bemzinho* e *minha vida*, passagens como *eu sou tua*, *tu sabes que tu é meu coração*, *eu sou tua*, *tu é meu*, *eu vivo para voce* e *voce para mim* constroem um discurso amoroso, com

uma mensagem de desculpas e perdão pelo fato de a remetente ter "estado beijando aquele retrato".

Por fim, algumas pistas gráficas e linguísticas podem ser cruciais para identificar o grau de escolaridade e/ou contato com a cultura escrita de nossa escrevente. Que pistas poderíamos levantar para essa caracterização? No plano grafonético, isto é, na representação escrita dos sons da língua, observamos algumas evidências:

- (a) falta de domínio da relação letra-som no quadro das consoantes sibilantes e nasais: *fis*, *Bemzinho*;
- (b) segmentação de partes de um mesmo vocábulo: *com tigo*, *com migo*;
- (c) falta de domínio de padrões de separação silábica: *qua-/nto*, *sab-/es*, *depoi-/s*;
- (d) ausência de acentuação gráfica: *voce*.

No plano da morfossintaxe, registramos a ausência de concordância verbal: *tu é*. No plano de organização textual, identificamos:

- (a) falta de sinais de pontuação: ausência de dois pontos ou vírgula depois do vocativo *Meu Bemzinho*; ausência de ponto depois de *aquele retrato*, *brincadeira*, *minha vida*; de vírgula antecedendo o vocativo *minha vida* etc.;
- (b) falta de letra maiúscula em começo de frase: *tu sabes*, *eu sou tua*, *não te zangues*, entre outros aspectos.

Essas informações, em contraste com as que são disponibilizadas em outro tipo de documentação, considerada de maior prestígio por se aproximar de um padrão mais culto da época (como os textos impressos veiculados pelos jornais e textos manuscritos redigidos por personagens mais letrados), nos revelariam um perfil de menor letramento para nossa informante.

Uma vez visualizadas questões relevantes para o historiador da língua, retomemos nosso trabalho filológico. Como o texto não apresenta nenhuma abreviatura, não faremos uma *edição semidiplomática*. Partiremos, assim, diretamente para a elaboração de uma *edição modernizada* do texto.

A *edição modernizada* é destinada a leitores que se interessam sobretudo pelo conteúdo do texto. Pensando nesse público-alvo, que intervenções poderemos fazer no texto para que ele possa ser mais facilmente lido por leitores de hoje? Resgate o trabalho que fizemos com a mensagem instantânea na seção anterior e sistematize os aspectos do texto que poderiam ser responsáveis por possíveis problemas de leitura. Utilize as seguintes orientações:

- (a) segmentação e junção de palavras;
- (b) ortografia;
- (c) acentuação;
- (d) maiúsculas e minúsculas;
- (e) pontuação;
- (f) estruturação do texto.

- (a) Segmentação e junção de palavras: *que-/nto; sab-/es; depois; com tigo; com migo.*
- (b) Ortografia: *Bemzinho; fsi; aquele.*
- (c) Acentuação: *Voce.*
- (d) Maiúsculas e minúsculas: à exceção das palavras do vocativo inicial (*Meu, Bemzinho*) e da primeira linha do texto em si (*Perdoa-me*), todas as demais letras estão em minúscula, inclusive em início de sentença.
- (e) Pontuação: é bastante irregular no texto. Há somente três vírgulas.
- (f) Estruturação do texto: não há segmentação em parágrafos.

Elaborem, então, nossa *edição modernizada*. Leve em consideração os seguintes procedimentos de intervenção:

- (a) organize o texto em parágrafos;
- (b) faça a segmentação e junção de palavras que estão unidas ou separadas;
- (c) pontue o texto de acordo com os padrões modernos;
- (d) normalize o uso de maiúsculas e minúsculas segundo o padrão moderno;
- (e) normalize a ortografia e a acentuação de acordo com o padrão vigente.

Após finalizar esta tarefa, compare a sua edição com a que apresentamos abaixo:

Meu benzinho,
Perdoa-me tudo quanto te fiz hoje, de estar beijando aquele retrato.
Tu sabes que tudo isso é brincadeira! Eu sou tua, sou incapaz de fazer isso contigo, a não ser de brincadeira.
Não te zangues comigo, minha vida. Tu sabes que tu és meu coração, que eu sou tua e tu és meu, eu vivo para você e você para mim. E mesmo depois [...]

As intervenções nessa edição poderiam ser ainda maiores. Como você deve ter observado, não modificamos o padrão de concordância encontrado com o pronome *tu*, seguido de verbo na 3ª pessoa do singular (*tu és*). Vemos, assim, que, ainda que modernizada, essa edição continuaria a servir a estudos no campo da morfossintaxe e da pragmática. No entanto, pode ser que para algum editor seja mais interessante atualizar outras questões, intervindo, assim, mais acentuadamente no texto.

O texto com o qual trabalhamos nesta seção está disponível na plataforma do *Laboratório de História da Língua Portuguesa* (*HistLing*): <<https://bit.ly/2qC8bWr>>. Trata-se de um bilhete amoroso, escrito no Rio de Janeiro, em 1908, por RS¹, a seu amante ASM. Esse bilhete, juntamente com outros doze

¹ Abreviamos o nome dos autores para preservar sua identidade.

textos, se encontram anexados a um processo judicial que investigou o assassinato de ASM, cometido por AFN, com quem RS era amasiada havia seis anos.

Segundo Engel (2001: 117), AFN era brasileiro, capitão-tenente da Armada, tinha 29 anos, sabia ler e escrever e teve dois filhos com RS. A jovem, no entanto, teria se envolvido afetivamente com ASM, homem “branco, desempregado, solteiro, 20 anos, brasileiro, sabendo ler e escrever”. Este último havia sido acolhido por AFN em sua casa por encontrar-se desempregado e por não ter onde morar. Três meses depois, o marido começou a desconfiar de um caso entre seu amigo e sua esposa. De acordo com seu depoimento, mandou a companhia viajar, deixou seus filhos na casa dos avós paternos e expulsou o amante de sua casa, depois de ter confirmado a relação com a esposa. No dia seguinte, os dois se encontraram, discutiram e o marido deu três tiros no amante de sua esposa, matando-o. Foi absolvido por privação de sentidos e da inteligência.



Esperamos que neste capítulo tenha ficado clara a importância da filologia/crítica textual e do trabalho do filólogo no processo de preparação dos textos que poderão ser submetidos à análise linguística. Em função de critérios específicos, selecionados de acordo com objetivos predefinidos e com o público-alvo a quem o texto será dirigido, o filólogo pode realizar distintos tipos de edição, com um maior ou menor grau de intervenção. O labor filológico é importantíssimo para a preservação e fixação do texto, mantendo a fidelidade em relação ao texto original.

1. Realizamos uma edição semidiplomática. As intervenções realizadas são especificadas abaixo.
2. No que se refere à transcrição:
 - (a) substituímos o grafema <u> por <y> quando representava a fricativa labiodental sonora /v/;
 - (b) substituímos o grafema <i> por <ɨ> quando representava a africada/fricativa palatal sonora /dʒ/;
 - (c) o grafema <y> foi eliminado e transcrito como <i> na representação de vogais e semivogais;
 - (d) atualizamos a representação da nasal palatal. A sequência <ny> foi substituída pelo dígrafo <nh>;
 - (e) eliminamos o grafema <u> das elisões em que figurava como um apoio à junção de uma consoante oclusiva velar com uma vogal palatal, como em "rogueu" e "convosque". Nesse último caso, atualizamos também a grafia da oclusiva e substituímos <q> por <c>.
3. As abreviaturas presentes no texto foram desenvolvidas, e as letras ausentes foram restituídas. Optamos por não sinalizar as sequências inseridas.
4. Normalizamos de acordo com o padrão moderno do português:
 - (a) a segmentação e junção de palavras;
 - (b) a pontuação;
 - (c) a acentuação de palavras;
 - (d) o uso de maiúsculas e minúsculas.
5. Não regularizamos as terminações nasais, nem em direção ao grafema nasal utilizado atualmente no português em posição implosiva final, como <-m>, nem em direção ao padrão moderno como ditongos nasais <-ão>.
6. Inserimos um apóstrofo (') nos casos de elisão vocálica.
7. Inserimos um hífen (-) quando o pronome se encontrava em posição enclítica ao verbo.
8. Reorganizamos a primeira estrofe, levando em consideração a estrutura formal da cantiga.
9. Inserimos quebras de linha entre as estrofes.
10. A iluminação que antecede a cantiga não foi considerada como parte integrante do texto pelo fato de não ilustrar, de forma direta e específica, seu conteúdo, razão pela qual não há menções a ela na edição apresentada.

Podemos observar que o filólogo autor dessa edição tomou algumas decisões em função do público-alvo que tinha em mente. Seu objetivo maior foi respeitar aspectos que permitissem um estudo literário da cantiga através de um texto que tem sua leitura, de certa forma, facilitada pelas intervenções feitas. Assim, atualizações na grafia, nas fronteiras vocabulares, na pontuação etc. foram consideradas como intervenções pertinentes para a obtenção de determinado efeito. É interessante observar que alguns aspectos particulares da língua medieval foram mantidos: no plano fonético-fonológico, destacamos

a manutenção de formas como *veer*, *mi*, *peor* e *dan*, por exemplo; no plano morfológico, *moiro*, *en*, *mia* e *i*; por fim, nenhuma alteração pode ser observada na estruturação sintática do texto.

As decisões tomadas no plano gráfico visam estritamente a uma melhor compreensão das sequências textuais. Por essa razão, o filólogo sentiu a necessidade de normatizar os usos gráficos de <u> e <v>, com o intuito de proporcionar um maior conforto na leitura. Por outro lado, no entanto, não julgou pertinente atualizar os usos gráficos na representação das nasais finais, que se mantêm representadas pelo grafema <n> e não atualizadas ao padrão moderno do português em <m>, nem mesmo as que são modernizadas em ditongos nasais <-ão>. Provavelmente, essa questão não supõe uma dificuldade à leitura do texto, na opinião do filólogo.

Reiteramos: se as decisões tomadas se dão em função de um público-alvo específico, na mesma proporção em que facilitamos a leitura do texto a esses receptores particulares, podemos neutralizar seu interesse para determinados investigadores. Essa edição, por exemplo, contemplaria pesquisadores interessados em aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos e semântico-lexicais, mas talvez em menor medida pudesse atender aos propósitos do investigador interessado em questões paleográficas, grafemáticas e grafofonológicas.

EDIÇÃO MODERNIZADA

Para finalizar esta seção, façamos nosso último exercício. Imaginemos a seguinte situação: você é professor de língua portuguesa e respectivas literaturas em uma escola do ensino médio. Em poucas semanas, você iniciará a unidade didática relativa à produção literária no período medieval e terá de ministrar uma sequência de aulas utilizando as cantigas. Pensando no planejamento da unidade com a qual irá trabalhar, você decide preparar uma edição da cantiga de João Nunes Camanés para o primeiro contato de seus alunos com esse tipo de texto. Nesse momento, seu objetivo maior é introduzir o tema e apontar questões mais gerais, que serão especificadas e pormenorizadas nas aulas seguintes. Nesse sentido, que tipo de edição você elaboraria? Que intervenções você faria na cantiga para que ela pudesse ser uma porta de entrada que despertasse o interesse dos seus alunos?

Não há resposta única para as questões levantadas. Somente você, que é conhecedor do grupo, poderá tomar as decisões mais acertadas. Uma possibilidade seria trabalhar com a edição anteriormente apresentada, acompanhada de um glossário que auxiliasse na compreensão do texto. Essa seria uma forma interessante para você?

Suponhamos que você tenha decidido que a edição realizada deveria atender a um objetivo central: tornar a cantiga acessível e agradável a um público que muito provavelmente nunca enfrentou um texto medieval, de modo que os alunos não rechassem produções escritas mais antigas e se interessassem pelo seu estudo. Obviamente, você é consciente de que estará apresentando uma versão adaptada da cantiga, mas que, para os fins didáticos que se apresentam, é uma opção viável. Assim, como seus alunos desconhecem os aspectos linguísticos do português medieval, você decide fazer uma edição modernizada da cantiga. Depois de pensar na melhor forma de apresentar o texto, você decide que talvez seja mais conveniente proceder não só à atualização da grafia, mas também à substituição de algumas palavras arcaicas que atualmente não se encontram disponíveis em português. No entanto, por se tratar de uma obra literária em poesia, você decide não alterar a estrutura sintática dos versos, mantendo a mesma ordenação dos elementos, já que, em sala de aula, poderá sanar qualquer tipo de dúvidas em relação a aspectos mais sintáticos.

Pensando nessas questões, releia a cantiga e liste as alterações que faria em termos de atualização da grafia e de substituição de formas arcaicas por formas modernas. Lembre-se de que as decisões que irá tomar podem ser justificadas pelo seu objetivo específico de trabalhar a cantiga numa primeira aula sobre o tema. Como não é seu objetivo, nesse primeiro momento, trabalhar com questões relacionadas à estrutura formal da cantiga, esteja ciente de que a substituição de formas arcaicas por modernas sacrificará a métrica dos versos, já que não necessariamente os substitutos terão o mesmo número de sílabas. Depois de elaborar sua lista de intervenções, parta da edição semidiplomática anteriormente apresentada e elabore uma edição modernizada da cantiga.

Oferecemos abaixo uma sugestão de edição que, talvez, se aproxime em maior ou menor medida da edição que você elaborou. Leia a proposta e descreva quais foram as intervenções realizadas:

De vós senhora quereria eu saber,
pois desejas minha morte a ver
e eu não morro e quereria morrer;
para que me digais: que farei eu em relação a isso?

Com minha morte me seria grande bem
porque sei que vos agradaria isso;
e pois não morro, venho a vós por isso
para que me digais: que farei eu em relação a isso?

Por minha morte, que vos vi desejar,
rogo eu a Deus sempre e não me a quer dar;
e venho-vos, minha senhora, perguntar,
para que me digais: que farei eu em relação a isso?

Por minha morte roguei a Deus e ao Amor
e não me a dão, para me fazer sentir pior
estar convosco; e venho a vós senhora
para que me digais: que farei eu em relação a isso?

Para facilitar essa exposição, destacamos, com o recurso do sublinhado, todas as alterações realizadas. Além de desfazer os casos de elisão vocálica, considerando aspectos gráficos, fonético-fonológicos e morfológicos, atualizamos, de acordo com o padrão moderno do português, as seguintes palavras:

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA		EDIÇÃO MODERNIZADA	
Senhor		senhora	
querria		quereria	
desejades		desejais	
mia		minha	
mort'		morte	
nõn		não	
moiro		morro	
digades		digais	
Con		Com	
gran		grande	
ben		bem	
venh'		venho	
rog'		rogo	
semp'		sempre	
mi		me	
preguntar		perguntar	
dan		dão	
peor		pior	
convosc'		convosco	

Intervimos nos seguintes aspectos: modernização da flexão de gênero de *senhor*; regularização das terminações nasais em ditongos nasais (*não*, *dão*) ou em <m> em posição implosiva (*Com*, *bem*); atualização da morfologia de formas verbais arcaicas como *morro*, *quereria*, *perguntar*; supressão do “d” etimológico das terminações de 2ª pessoa do plural (*desejais*, *digais*); padronização na representação do pronome clítico dativo *me*, do comparativo *pior* e do

possessivo *minha*; substituição da forma apocopada pela forma plena *grande*; e, por fim, restituição dos grafemas suprimidos em contextos de elisão (*morte, venho, rogo, sempre, convosco*).

Já em relação às substituições morfosintáticas e lexicais, as alterações feitas constam do quadro abaixo:

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA	EDIÇÃO MODERNIZADA
que	para que
i	em relação a isso
ca	que
prazeria	agradaria
en	isso
roguei Deus e Amor	roguei a Deus e ao Amor
por	para
fazer, peor	fazer sentir pior

Substituímos alguns vocábulos ou seqüências de sabor mais arcaico por soluções mais modernas. Em alguns casos, a atualização também se deu por inserção de alguns elementos. Modernizamos: a conjunção integrante *ca*; os anafóricos medievais *i* e *en*; a forma *que* e a preposição *por* com sentido de finalidade; a regência do verbo *rogar* em *roguei Deus e Amor*; a seqüência *fazer peor*; e, por fim, o vocábulo *prazeria*.

Finalizamos, assim, mais uma seqüência de atividades em nosso livro, relacionadas ao trabalho filológico, cujas questões mais genéricas ou mais específicas estarão presentes no dia a dia de qualquer historiador da língua. A edição dos textos antigos, seguindo os preceitos da crítica textual, é fundamental na preparação do texto, da forma mais fidedigna possível ao original, para as análises linguísticas. Nesse processo de restituição e fixação do texto, cabe ao filólogo entender aspectos linguísticos e extralinguísticos da produção escrita com a qual está trabalhando. Para tanto, são imprescindíveis conhecimentos de outras áreas como a paleografia, a literatura, a história, entre outras.

PARTE II

O labor histórico-linguístico

Da história externa à história interna dos textos